

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**MARCELO SANTOS LINS DE ALBUQUERQUE**

**RENDA BÁSICA: DA DISTOPIA DE 2020-21 À PORTA DE SAÍDA AO  
DESEMPREGO TECNOLÓGICO**

**SEROPÉDICA**

**2021**

MARCELO SANTOS LINS DE ALBUQUERQUE

**RENDA BÁSICA: DA DISTOPIA DE 2020-21 À PORTA DE SAÍDA AO  
DESEMPREGO TECNOLÓGICO NO BRASIL**

Monografia apresentada no curso  
graduação da Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências  
Sociais Aplicadas, curso de Economia  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Economia.

Orientação: Prof. Pablo Bielschowsky

SEROPÉDICA

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

MARCELO SANTOS LINS DE ALBUQUERQUE

RENDA BÁSICA: DA DISTOPIA DE 2020-21 À PORTA DE SAÍDA AO  
DESEMPREGO TECNOLÓGICO NO BRASIL

Monografia apresentada no curso graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Data da defesa:

Resultado: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

Nome do Professor Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição

Nome do Professor Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição

Nome do Professor Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição

## **DEDICATÓRIA**

Esta monografia é dedicada à sociedade brasileira, principalmente aos beneficiários do Auxílio Emergencial em 2020.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial a toda minha família que me forneceu amor, renda e estrutura para completar esse artigo e a minha graduação em economia. Em especial: minha mãe Cida Diva; minha avó Dona Odete; meu pai Marcelo Lins; meus irmãos Anna Clara Santos, Leandro Albuquerque e Marcela Torres.

Agradeço também a minha família que não é de sangue mas que possuo laços extremamente fortes: aos meus irmãos/amigos com quem dividi a moradia por anos maravilhosos – Gustavo Neves (Pança) e Lucas Guedes (Guaravita); à Rebeca Marquet com quem convivi e me fez crescer; aos amigos que formei durante a graduação – Rafael Fernandez, Felipe Araújo, Rodrigo (Dom), Guilherme Pisco, Pedro Henrique Vasconcellos (PH), Mariana Maciel, Gustavo Gomes (Ierinho), Maria Júlia Santos (Maju), Rafael Santos, Cadu Sales, Lucas Zani, Marco Antônio (Relâmpago), Aron Felix, Gabriel Mendes, Igor Alves, João Catramby, Nathalia Paes. Aos amigos de mais longa data e que compõe o grupo “Corporação” – Jean Martins, Matheus Nunes (Paulista), Raphael Ventura (Biscoito), Victor Guimarães, João Seiler, Victor Hugo Bastos, Pedro Gabriel de Oliveira (PG), Lucas de Farias.

Um agradecimento especial a quem tornou isso possível: Pablo Bielschowsky. O maior detentor de conhecimento da UFRRJ. Quem eu tive o prazer de me tornar amigo. E por acaso da vida, é o orientador desse projeto. Agradeço também ao Leandro Ferreira, presidente da Rede Brasileira de Renda Básica.

Os agradecimentos se estendem a todos aqueles com quem eu convivi durante essa jornada desde os meados de 2014. Sou extremamente grato por todos com quem cruzei nesse percurso. Que esse ciclo possa ter tido um significado semelhante a todos.

## **Resumo**

A presente pesquisa vem de encontro a uma realidade atual de 2021: o desemprego em massa. É analisado a Renda Básica como medida de política social e seus impactos em cenários com alta do desemprego, em especificidade ao do desemprego tecnológico. O cenário de estudo é o Brasil, analisando o desemprego e o trabalho precário já decorrente da tecnologia. E também a conjuntura de políticas sociais como o Bolsa Família e a Renda Básica Emergencial, seus impactos e como estão sendo sucateadas (ao invés de ampliadas). O debate também se incide no campo filosófico e histórico, em que grande parte da população nunca teve uma justiça econômica. Analisa-se o dever do Estado como provedor de garantias sociais ao cidadão, principalmente para o que vive à margem do cenário econômico possa ter melhores condições de sobrevivência.

**Palavras-chave:** Renda Básica; Tecnologia.

## **Abstract**

This research comes up against a current reality of 2021: mass unemployment. Basic Income is analyzed as a measure of social policy and its impacts in scenarios with high unemployment, in specificity to that of technological unemployment. The study scenario is Brazil, analyzing unemployment and precarious work already resulting from technology. And also the conjuncture of social policies such as Bolsa Família and Basic Emergency Income, their impacts and how they are being scrapped (instead of being expanded). The debate also focuses on the philosophical and historical field, in which a large part of the population has never had an economic justice. The duty of the State as a provider of social guarantees to citizens is analyzed, mainly for those who live on the margins of the economic scenario to have better conditions of survival.

**Key words:** Basic Income; Technology.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Gráfico 1: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil.....	30
Gráfico 2: Impacto do multiplicador de Benefícios Sociais sobre o Produto Interno Bruto de 2020 Gráfico 1: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil.....	35
Gráfico 3: Propensões marginais a consumir segundo estratos de renda disponível familiar per capita.....	37

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA KEYNESIANA.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.1 A Visão De Keynes Sobre O Futuro.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.2 Uma Perspectiva Contemporânea Keynesiana do Desemprego Tecnológico..</b>	<b>5</b>
<b>1.2 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO MARXISMO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 A RENDA BÁSICA: ASPECTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 AS ORIGENS DA RENDA BÁSICA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.1 As Origens Progressistas da Renda Básica.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.2 As Origens Liberais da Renda Básica.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 A RENDA BÁSICA NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.1 As Ideias dos Fundadores.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.2 A lei da Renda Básica de 2004.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2.3 A Renda Básica da Cidadania de Maricá.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 A CONCEPÇÃO ATUAL DA BÁSICA.....</b>	<b>19</b>
<b>3 OS PROGRAMAS NACIONAIS DE GARANTIA DE RENDA.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1.1 A Implementação do Bolsa Família: 2001 a 2020.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1.2 As Principais Características do Bolsa Família.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.3 Resultados Bolsa Família.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 A RENDA BÁSICA EMERGENCIAL.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2.1 A Implementação da Renda Básica Emergencial.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.2 Resultados da Renda Básica Emergencial.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3 A RENDA BÁSICA COMO UMA PROPOSTA PERMANENTE PARA O BRASIL.....</b>	<b>38</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O impacto das novas tecnologias está cada vez mais presente no dia a dia das pessoas. A maioria dos brasileiros possui celulares e aparelhos eletrônicos. O chefe contata seu funcionário em qualquer lugar a qualquer hora, eliminando a barreira entre o trabalho e o lazer. A todo momento, de algum modo, estamos trabalhando, pesquisando, escrevendo, debatendo, intervindo, tentando não perder nada, especialmente a notícia mais trivial. Livres e dependentes ao mesmo tempo, vivemos uma façanha inédita: somos senhores e escravos da tecnologia.

E quem não consegue dominar essa nova linguagem tecnológica fica de fora do mercado. Em 2021, no auge da pandemia do coronavírus, essa nova realidade ficou muito evidente. Quantos empregados tiveram dificuldade para se adaptar ao chamado “home office”? Quantos foram demitidos e não conseguiram um novo emprego? Quantos tiveram de se expor a uma pandemia mortal no transporte público lotado para garantir seu sustento? Não é tão simples para a maioria dos brasileiros se adaptar a uma mudança tão repentina.

A precarização do trabalho e o desemprego são eventos que se correlacionam, e temos exemplos claros no cotidiano. A pandemia foi marcada pela crescente massa de desempregados que trabalham mais de dez horas por dia pedalando pela cidade para receber menos de um salário mínimo ao final do mês sem nenhum direito trabalhista. A literatura econômica recente vem se debruçando sobre o problema do desemprego estrutural. Duas grandes correntes teóricas estão se destacando neste debate, os marxistas e os keynesianos. Embora não haja consenso entre os autores de cada corrente.

A Renda Básica é uma alternativa eficaz para mitigar os problemas gerados pelo desemprego em larga escala. O debate sobre a Renda Básica é antigo, Thomas Paine, um dos primeiros autores a defender os direitos sociais dos trabalhadores no sistema capitalista, já falava sobre o tema. Outros importantes pensadores também defenderam a proposta, como Friedman em sua teoria do imposto de renda negativo, Antônio Maria da Silveira, o primeiro economista a trazer o assunto ao Brasil, e Eduardo Suplicy, que criou o projeto de Renda Básica de Cidadania sancionada pelo ex-presidente Lula.

A Renda Básica deve ser suficiente para que uma pessoa possa prover as suas necessidades vitais; como as de alimentação, saúde, educação e outras. Sendo paga pelo

governo a toda e qualquer pessoa residente no país, inclusive às estrangeiras residentes há algum tempo, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. É um direito à cidadania. Refere-se ao direito de todas as pessoas participarem, pelo menos um pouco, da riqueza comum da nação. A ninguém será negado. Além de mitigar os efeitos do desemprego e erradicar a fome, a Renda Básica permitiria que as pessoas possam dedicar uma parte maior de seu tempo de vida a projetos pessoais como a vida familiar, a cultura, os esportes e projetos complexos não remunerados pelo mercado.

Nesse contexto a presente pesquisa busca responder o seguinte problema: de que forma a Renda Básica pode contribuir para mitigar os problemas sociais causados pelo desemprego tecnológico no Brasil?

A monografia parte da hipótese que não existe atualmente um plano a longo prazo do governo para a implementação de um projeto de renda básica capaz de mitigar os impactos sociais causados pelo desemprego em massa.

Esta monografia está organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo retoma a visão dos autores marxistas e keynesianos sobre o desemprego estrutural, destacando o debate sobre a precarização do trabalho entre os marxistas e o fim do emprego entre os keynesianos. Também discute o problema do desemprego tecnológico no Brasil. O segundo capítulo aborda os aspectos teóricos da Renda Básica, analisando os autores mais relevantes no debate sobre a Renda Básica no mundo e no Brasil e apontando os impactos da Renda Básica na vida da população. O terceiro capítulo trata dos projetos de distribuição de renda no Brasil, dando ênfase aos programas Bolsa Família e Auxílio Emergencial.

## **1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO**

### **1.1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA KEYNESIANA**

O desemprego tecnológico é uma discussão que acontece há séculos. Um dos eventos mais marcantes que evidenciaram o desemprego tecnológico, e possivelmente o mais antigo, é o ludismo. No início do século XIX, desempregados revoltados com o desemprego estrutural causado pelas máquinas, rebelaram-se, e decidiram destruir as máquinas. Esse fato ocorrido na Inglaterra, é uma das primeiras manifestações de reação ao desemprego tecnológico. Nesse capítulo, apresenta-se um debate do desemprego tecnológico e suas implicações. Começando com a perspectiva keynesiana.

#### **1.1.1 A Visão De Keynes Sobre O Futuro**

Discorrer sobre o desemprego tecnológico é discorrer sobre o presente e o futuro. E nada melhor do que se começar mostrando essa perspectiva com o próprio Keynes. Em 1930, Keynes publica um artigo denominado “Perspectivas Econômicas Para Nossos Netos”. O texto começa demonstrando que uma das suas maiores preocupações é o desafio que o ser humano vai ter de como se adaptar as mudanças econômicas cada vez mais rápidas. Keynes argumenta que o progresso tecnológico tem um crescimento exponencial, e que as invenções importantes deram um salto desde o século XIX.

the great age of science and technical inventions began, which since the beginning of the nineteenth century has been in full flood--coal, steam, electricity, petrol, steel, rubber, cotton, the chemical industries, automatic machinery and the methods of mass production, wireless, printing, Newton, Darwin, and Einstein, and thousands of other things and men too famous and familiar to catalogue. (KEYNES, 1930, p. 3)

Após apontar os avanços sociais que a sociedade adquiriu com o desenvolvimento tecnológico, Keynes ressalta um problema. Com o aumento da industrialização e da inovação, os trabalhos tendem a serem substituídos por máquinas. Algo que é cada vez mais contemporâneo.

A obra de Keynes é uma perspectiva econômica para daqui a 100 anos. O que quer dizer que em 2030 é o “prazo” de acordo com o tempo determinado. Como se ressalta no artigo, o desemprego tecnológico não era um assunto muito discutido há um século: “We are being afflicted with a new disease of which some readers may not yet have heard the name, but of which they will hear a great deal in the years to come--namely, *technological unemployment*.” (KEYNES, 1930, p.3)

Em seu ensaio, Keynes aponta quatro possíveis soluções para a sociedade prosperar, o que ele denomina como “felicidade econômica”. A primeira é controlar o aumento da população (impedir altas taxas de natalidade). A segunda é evitar ao máximo possível guerras e confrontos bélicos. A terceira é confiar aos cientistas os assuntos que são cabíveis à eles. E por fim, deixar o acúmulo de riquezas fixado a uma taxa margeada pela quantidade de produção e consumo. Esse acúmulo de dinheiro e bens materiais deve ser repensado, não há mais espaço para um grupo pequeno de pessoas deterem tanto valor. Keynes deixa claro que as pessoas devem evitar o desejo pela riqueza exacerbada.

Atualmente, a desigualdade social tem se acelerado cada vez mais. Entre 2017 e 2018, um pouco mais de 2 mil pessoas detinham a riqueza de 60% da população mundial (2153 pessoas detêm mais capital do que 4,6 bilhões de pessoas). Nos anos 1930, Keynes já apontava essa ganância pelo acúmulo como uma falha da sociedade: “I see us free, therefore, to return to some of the most sure and certain principles of religion and traditional virtue-that avarice is a vice, that the exaction of usury is a misdemeanour, and the love of money is detestable.” (KEYNES, 1930, p. 6).

Para Keynes, o aumento da produtividade ao exigir menos trabalhadores se reflete em uma desigualdade cada vez maior. Uma vez que a propensão marginal a consumir dos ricos é menor do que a dos pobres, a concentração de renda crescente resulta em um multiplicador dos gastos autônomos cada vez menos eficaz. Esta perspectiva é explicitada na “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” de Keynes. No capítulo 24 da Teoria Geral, o autor inglês argumenta que “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (KEYNES, 1936, p. 341). Em uma sociedade onde a renda é muito concentrada, os pobres não possuem dinheiro para comprar uma janta para sua família, o que inibe a demanda agregada, ao passo que os ricos que possuem muito dinheiro tendem a poupar a maior parte da renda, o que também

inibe a demanda agregada. A desigualdade social cria isso: uma propensão ao consumo agregado cada vez menor – ocasionando uma queda na demanda.

Um ato de poupança individual significa — por assim dizer — uma decisão de não jantar hoje, mas não implica, necessariamente, a decisão de jantar ou de comprar um par de sapatos daqui a uma semana ou um ano, ou de consumir uma coisa específica numa data especificada. Assim sendo, produz um efeito depressivo sobre as atividades econômicas aplicadas na preparação do jantar de hoje, sem estimular as que prepararam algum ato futuro de consumo. Não é uma substituição da demanda de consumo presente por uma demanda de consumo futuro, mas apenas uma diminuição líquida desta demanda (KEYNES, 1930, p. 209)

### **1.1.2 Uma Perspectiva Contemporânea Keynesiana do Desemprego Tecnológico**

Há muitos estudos keynesianos sobre o desemprego tecnológico e o futuro do emprego. Mas um estudo da Universidade de Oxford se destaca. Carl Frey e Michael Osborne desenvolveram um artigo científico designado de “The Future Of Employment: How Susceptible Are Jobs To Computerisation?”. Nesse trabalho, eles discorrem sobre o quão afetados serão os empregos atuais pela tecnologia. Os autores analisaram 702 ocupações nos Estados Unidos e determinaram os impactos que cada trabalho sofrerá com o futuro tecnológico. Frey e Osborne (2013) chegaram a um percentual de que 47% dos empregos analisados correm risco de acabar no futuro.

Para chegar a essa porcentagem, foi desenvolvido uma metodologia em que se analisa os avanços recentes de aprendizado de máquinas e robótica móvel. Também é abordado a troca recente de pessoas por máquinas em trabalhos que são de ação repetitiva – sendo substituídos por algoritmos sofisticados. Como por exemplo: telefonista; lanterninha de cinema; vendedor de enciclopédias. Assim como, outros deixarão (ou já deixaram) de existir muito em breve: trocador de ônibus; caixas de supermercados; funcionários de banco; taxistas e motoristas em geral; corretor de imóveis.

Outro aspecto a se analisar é o fato de a tecnologia estar em um crescimento exponencial. Isso faz com que o ritmo de surgimento de novas tecnologias seja cada vez mais rápido, e quanto mais tecnologias, mais intensa é a substituição dos trabalhos. Algo que Keynes já alertara – o artigo de Frey e Osborne é inspirado pelo artigo anteriormente mencionado de Keynes. A tecnologia acaba fazendo não apenas tarefas simples como

uma lavadora de louças, mas também dirige carros. Para fazer uma ilustração, “The autonomous driverless cars, developed by Google, provide one example of how manual tasks in transport and logistics may soon be automated.” (FREY E OSBORNE, 2013, p. 3)

Em meio a crescente revolução dos computadores, surge um “novo antigo” problema; o aumento da desigualdade. Ao passo que trabalhos são substituídos, e o custo da produção diminui, o lucro do grande empresário aumenta à medida que o desemprego ou o subemprego cresce. “The Computer Revolution can go some way in explaining the growing wage inequality of the past decades.” (FREY E OSBORNE, 2013, p. 12). O artigo ainda aponta que nos Estados Unidos a taxa de ocupação em serviços cresceu 30% de 1980 até 2005, e antes havia se mantido estável durante as três décadas anteriores. O que acaba gerando uma grande incerteza para o futuro: será que o surgimento de novos empregos acompanhará o surgimento das novas tecnologias? Como Keynes já havia abordado, o crescimento tecnológico pode gerar demasiadas modificações sociais.

## 1.2 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO MARXISMO CONTEMPORÂNEO

A perspectiva socialista do debate sobre as mudanças do mundo do trabalho pode ser ilustrada pela obra de Ricardo Antunes “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”. O livro de Antunes é uma resposta ao texto de grande influência de André Gorz, “Adeus ao proletariado”, publicado em 1980. Segundo Antunes (2002, p.15), Gorz havia notado “uma tendência em curso que indicava uma significativa redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas”. Antunes concorda que existe uma tendência a redução da participação do proletariado fabril na composição da classe trabalhadora. Para o sociólogo brasileiro, a introdução acelerada de máquinas em substituição ao trabalho manual vem provocando a queda dos empregos industriais, mas isto não significa uma redução da classe trabalhadora e muito menos o fim do trabalho.

Segundo Antunes, a partir da década de 1980, o padrão de produção fordista-taylorista vem sendo substituído por um novo modelo de produção baseado no Toyotismo. Nas palavras de Antunes (2002, p.23): “O fordismo e o taylorismo já não são

únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo)”. Estes novos processos produtivos têm como característica central a automação flexível, a operação com estoques reduzidos, a redução dos níveis hierárquicos na empresa e a substituição ao extremo do trabalho manual por máquinas.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2002, p. 24)

Esse novo fenômeno social influencia diretamente em um dos principais indicadores econômicos: desigualdade social. A produção de forma mais barata e automatizada resulta no número crescente de pessoas em empregos informais, empreendimentos precários, desempregados e no aumento do setor de serviços. Então, para Antunes, não há uma tendência ao fim do emprego, e sim uma tendência ao trabalho cada vez mais precário, com uma parcela da população progressivamente maior sofrendo as consequências dos novos modelos produtivos. “Enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc.” (ANTUNES, 2002, p. 52)

Outra consequência importante deste novo modelo de produção é o enfraquecimento dos sindicatos. No plano político, o enfraquecimento das condições de luta da classe trabalhadora permitiu as empresas levarem a cabo campanhas visando desacreditar os sindicatos. No plano organizativo, o novo modelo de produção ao segmentar e hierarquizar a classe trabalhadora reduziu a eficácia das greves – um exemplo é a recente (2020) greve dos entregadores do aplicativo Ifood, que não obteve a aderência da maioria dos trabalhadores. Paulatinamente, os trabalhadores não chegam nem a conhecer seus companheiros de profissão da mesma empresa. Tudo isso dificulta ainda mais a identificação dos trabalhadores como uma classe, restringindo muito a formação de uma consciência de classe.

O sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países. Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. (ANTUNES, 2002, p.151)

Antunes aponta o consumo como principal motivo que impede o fim do trabalho. Mesmo que os trabalhadores ganhem pouco, a sociedade capitalista contemporânea precisa de um mercado consumidor. A acumulação de capital precisa existir, e sem consumo não existiria demanda. Portanto, o fim do emprego seria algo inviável, “eliminação do trabalho e a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo - nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo - suporia a destruição da própria economia de mercado.” (ANTUNES, 2015. p.185)

A produção da riqueza fica concentrada em poucos trabalhadores e muitas máquinas. O que ocasiona um déficit na oferta de empregos, e conseqüentemente, um aumento do trabalho precário. O detentor do capital consegue produzir a um custo marginal cada vez menor, lucrando mais e tendo uma poupança maior. O trabalhador se vê sem opções, sem oportunidade ao consumo, com isso a demanda cai, gerando um efeito dominó na economia. O rico cada vez mais rico, e o pobre cada vez mais pobre. Restando apenas uma opção ao pobre: “empreender”. Sem qualificações, e sem capital, o pobre acaba indo para o mercado como um empreendedor fazendo serviços precários, como vendedor ambulante em trens e sinais de trânsito; entregador de produtos por bicicleta; engraxate.

No curta-metragem documentário “Vidas Entregues” (disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=cT5iAJZ853c>) é retratado os entregadores de aplicativos no Rio de Janeiro. O filme traz à tona o debate sobre as péssimas condições de trabalho, os baixos salários e a ausência de direitos trabalhistas e sociais. A película retrata bem o que foi mostrado anteriormente. Pessoas sem emprego, em busca de dinheiro para manter a família e que se sujeitam a precárias condições de trabalho. Fabrício Assis dos Santos conta como entrou no ramo, sua busca por emprego no Centro do Rio de Janeiro foi em vão e lá mesmo buscou informações de como entrar no aplicativo

e conseguir se cadastrar como entregador. Bianca Sousa dos Santos conta que trabalha junto com o esposo após ele ficar desempregado e não conseguir mais emprego. Relata que a maioria dos vizinhos está fazendo o mesmo serviço, há dias que não conseguem ao menos uma entrega e não existe horário de almoço – tendo que almoçar no meio da rua em pleno serviço. Além de não ter nenhuma garantia, eles têm de alugar a bicicleta para poder trabalhar (20 reais o custo mensal, além das multas por atraso na devolução).

Ao ser perguntado se eles se veem como microempreendedores, Bianca Sousa responde: “Sou desesperada, mas microempreendedora não sou não. Eu não tenho emprego, vou fazer o que?”. Ao passo que Fabrício Assis responde a mesma pergunta: “Empreendedor não me vejo não, não tenho patrão. Pois eles também não dá suporte para gente nenhum”. São pessoas em busca de oportunidade, sem suporte, e que não possuem muitas opções. E quando são perguntados se preferem trabalhar de carteira assinada, todos dizem que sim, e que não queriam estar trabalhando como entregadores. A obra traz aquilo que está virando um sintoma no país: o aumento dos trabalhadores no setor de serviço e no subemprego.

## **2 A RENDA BÁSICA: ASPECTOS TEÓRICOS**

### **2.1 AS ORIGENS DA RENDA BÁSICA**

A Renda Básica é uma proposta antiga, uma forma de garantia de renda ao cidadão por simplesmente sê-lo, em outras palavras, qualquer cidadão estaria apto a receber desde que esteja vivo – meramente isso. A Renda Básica deve ser suficiente para que uma pessoa possa prover as suas necessidades vitais, como as de alimentação, saúde, educação, higiene e outras. Sendo paga pelo governo a toda e qualquer pessoa residente no país, inclusive às estrangeiras residentes há algum tempo, não importa sua origem, raça, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica. É um direito à cidadania igual para todos. Refere-se ao direito de todas as pessoas participarem, pelo menos um pouco, da riqueza comum da nação. A ninguém será negado. Tendo assim um caráter universal, podendo ser chamada de Renda Básica Universal.

Existem diferentes autores de diversas linhas de pensamentos que defendem a Renda Básica. A Renda Básica surge historicamente como uma proposta da “esquerda social democrata”, defendida por autores como Thomas Paine e Bertrand Russell. Posteriormente autores ligados à “direita liberal” como Milton Friedman também defendem o programa.

#### **2.1.1 As Origens Progressistas da Renda Básica**

Um dos primeiros defensores da ideia da Renda Básica é Thomas Paine, um dos fundadores dos Estados Unidos da América e influenciador da revolução francesa. Paine, em seu texto sobre justiça agrária, retoma o tema da pobreza e desigualdade e propõe a criação de um fundo público a fim de estabelecer uma renda para todos os ingleses ao completarem 21 anos. O texto começa argumentando que a vida da sociedade civilizada europeia não é tão boa como a maioria dos autores ingleses dizia. Paine afirma que a vida civilizada europeia traz benefícios, mas ao mesmo tempo, produz um mal para toda a sociedade. E esse mal deveria ser “combatido” através da legislação, criando um mecanismo de forma a diminuir esse malefício.

Se este estado chamado com orgulho, e talvez erradamente, de civilização trouxe mais benefícios ou prejuízos à felicidade geral do ser humano, é uma questão que pode ser fortemente contestada. Por um lado, o espectador fica fascinado pelas aparências esplêndidas; por outro, ele fica chocado com os extremos de miséria, sendo que ambos foram criados por ele. O mais afluente e o mais miserável da raça humana são encontrados nos países chamados de civilizados. (PAINE, 1795, p. 3)

Paine admite a importância do cultivo como um progresso da humanidade, como a grande invenção humana. Mas acredita que a partir disso, criou-se um monopólio fundiário, produzindo uma das principais formas de desigualdade, que é um dos males da sociedade que anteriormente é falado. E essa expropriação de terra de grande parte dos habitantes não gerou nenhuma remuneração ou indenização por essa perda, criando assim uma espécie de miséria que antes não existia. Abruptamente, houve um aumento da injustiça social, algo que permanece até a contemporaneidade. A partir desta análise, Paine propõe a criação de um fundo a partir dos impostos dos proprietários de terra, uma forma de direito que havia sido negligenciado. E sendo um direito, não se exprime como uma caridade. Nestes termos, Paine expressa uma das primeiras propostas de Renda Básica Universal.

Tendo assim aberto o mérito do caso em poucas palavras, procederei agora ao plano que tenho a propor, que é: Criar um fundo nacional, do qual deverá ser paga a toda pessoa, ao atingir a idade de vinte e um anos, a quantia de quinze libras esterlinas, como uma compensação parcial pela perda de sua herança natural resultante da implantação do sistema de propriedade fundiária. E também a quantia de dez libras por ano, em caráter vitalício, para toda pessoa que tenha atualmente a idade de cinquenta anos e para todas as demais quando atingirem essa idade. (PAINE, 1795, p. 6)

Posteriormente, já no século XX, Bertrand Russell, importante filósofo e matemático, também propõe uma renda básica. Em sua obra “Roads to Freedom: Socialism, Anarchism and Syndicalism” de 1919, o filósofo inglês faz uma breve proposta de uma renda para todos. Na sua visão, o plano era ter uma pequena renda suficiente para as necessidades daqueles que trabalhem ou não, e uma renda maior para aqueles que trabalhem em projetos mais importantes – em que a comunidade os considerem mais úteis. Segundo ele, essa seria uma forma de combinar justiça com

liberdade. Percebe-se assim que o autor buscava uma forma de incentivo ao trabalho. E ao mesmo tempo defendia que as pessoas seriam mais valorosas para a sociedade se tivessem condições de não aceitar um trabalho ordinário. Desta maneira, a pessoa teria uma maior liberdade em exercer a profissão em que mais se identifica, ou, em outras palavras, trabalhar naquilo em que mais se alegra.

A originalidade de Russell fica evidente em sua forma de caracterizar os trabalhos significativos. Para o autor nem todo trabalho é remunerado, mesmo que seja valoroso socialmente. Um sujeito que cuida de vários animais abandonados não tem o seu valor reconhecido monetariamente. E existem centenas de outros exemplos: um homem ou mulher que cuida de um ente idoso ou que tem que cuidar dos filhos pequenos e da casa; um catador de materiais recicláveis; um artista que não tem seu prestígio ainda alcançado; uma empregada doméstica que há pouco tempo não era reconhecida nem como profissão e muitas vezes exerce o papel de pai e mãe para as crianças. Como argumenta Eduardo Suplicy (2003) em seu texto “Renda Básica: A resposta está sendo soprada pelo vento”:

Nos últimos anos, em minhas palestras sobre a renda de cidadania, sempre explico que este debate já estava presente na obra de Bertrand Russell *Os Caminhos para a Liberdade* (1918). Seria esse benefício um incentivo à inatividade? O que faremos com as pessoas que têm uma tendência inevitável para o ócio? Digo que não devemos pensar muito sobre essas pessoas, pois elas são poucas. Há muitas atividades importantes, como cuidar de crianças e idosos, que nem sempre são remuneradas. Há também inúmeros trabalhos relevantes para a humanidade que não são reconhecidos pelo mercado, mas mesmo assim continuam sendo produzidas e são muito relevantes, como os trabalhos de Franco Modigliani e Vincent Van Gogh. (SUPLICY, 2003, p.10)

### **2.1.2 As Origens Liberais da Renda Básica**

Por outro lado, existe uma corrente de pensamento da “direita liberal” que também defende a Renda Básica. Há muitos liberais que aderem a essa proposta. Neste debate, Milton Friedman é uma das principais referências, vencedor do prêmio Nobel, um dos expoentes da Universidade de Chicago. Friedman defendeu a ideia do Imposto de Renda Negativo em que uma pessoa ao invés de pagar o imposto de renda

(positivo), receberia uma renda do governo (um imposto negativo), porém, somente pessoas que declarasse até uma determinada renda poderia ter esse direito.

Desta forma, a proposta é uma ajuda às pessoas mais pobres, dando-lhes dinheiro diretamente. Ao invés de terem que declarar, detalhar os seus bens e pagarem seu imposto de renda, a eles são pagos uma quantia. Essa quantia seria definida por um valor estabelecido a fim de que cada cidadão deveria ter para poder arcar com suas despesas – no caso do exemplo do Friedman, um cidadão americano deveria ganhar ao menos 1.500 dólares. O pagamento seria feito através de uma alíquota de 50%, em que o cidadão que ganhasse menos de 3.000 dólares seria pago 50% desse valor diferencial. Sendo assim, uma pessoa que ganha 2.000 dólares, teria direito a receber 50% de 1.000 dólares, resultando em 500 dólares, fazendo com que a renda dessa pessoa se tornasse 2.500 dólares. Uma pessoa que não possui renda, teria o direito de 50% do diferencial de 3.000 dólares, sendo 1.500 dólares uma renda mínima para qualquer cidadão estadunidense.

Os valores propostos são meros exemplos elaborados por ele, mas que servem para elucidar a questão do Imposto de Renda Negativo. Essa proposta não se caracterizaria como uma Renda Básica Universal, pois se destina apenas para uma camada mais pobre da população. Algo em comum as ideias da Escola de Chicago, em que se defende políticas focalizadas ao invés de políticas universais. Citando Friedman em um programa de televisão (disponível em: <https://youtu.be/xtpgkX588nM>) sobre isso:

A proposta de Imposto de Renda Negativo é uma proposta para ajudar as pessoas pobres dando-lhes dinheiro, que é o que eles precisam, ao invés, de como é agora, requererem perante a um servidor público, detalharem todos os seus bens e dívidas, e ouvir que é preciso gastar “x” dólares em aluguel e “y” dólares em comida, e receber uma ajuda. (FRIEDMAN, 1968)

Há de se ressaltar que essa alíquota proposta por Friedman é muito importante em seu ponto de vista. Pois, somente por ela que não haveria uma tendência ao desemprego. Em outras palavras, a alíquota progressiva evitaria o desincentivo ao trabalho. Com esta alíquota quem trabalha tende a ganhar mais do que quem não trabalha. Já sem a alíquota todos as pessoas ganhariam determinada renda trabalhando

ou não, o que desestimularia o trabalho. Para Friedman os agentes racionais buscam ampliar seu consumo de modo que o Imposto de Renda Negativo com alíquota progressiva funcionaria como um estímulo ao trabalho ao mesmo tempo que atenderia aqueles que não conseguem encontrar emprego por qualquer que seja o motivo. Friedman também argumenta que esse dinheiro faria com que as pessoas gastassem mais, aumentando a demanda, e conseqüentemente, a oferta na sociedade. Gerando mais empregos.

Percebe-se assim que a noção de estímulo ao trabalho está presente tanto na proposta social-democrata de Russell quanto na proposta liberal de Friedman. Enquanto Russell propõe uma renda maior àqueles que trabalham em serviços que a sociedade define como mais importante, Friedman defende que quem trabalha deve receber uma renda maior através da alíquota progressiva. O primeiro aplica uma regra social, ao passo que, o segundo aplica uma regra matemática. Os dois são preocupados com o incentivo ao trabalho. Este ponto defendido por ambos é um falso problema, pois a Renda Básica não gera uma tendência à improdutividade. Não existem evidências empíricas até hoje sobre isso. As propostas mais avançadas de Renda Básica Universal defendem que esta renda deve ser um direito igual a todos, disponibilizando-a independente de qualquer pretexto.

## 2.2 A RENDA BÁSICA NO BRASIL

### 2.2.1 As Ideias dos Fundadores

Antônio Maria da Silveira é o primeiro economista brasileiro a apresentar uma ideia da Renda Básica como solução da pobreza, propondo a Renda Básica de Cidadania em seu artigo “Redistribuição de Renda”. Este artigo pequeno e muito bem elucidativo é dividido em 4 capítulos – o porquê distribuir; quanto distribuir; como distribuir; e uma conclusão de ideias.

Silveira (1975) argumenta que a Renda Básica pode trazer um bem-estar coletivo, uma vez que a diminuição da pobreza resultaria na diminuição dos crimes. Uma maior renda também provocaria a redução de doenças e da ignorância. Para

Silveira esta não é uma proposta socialista, o autor não a caracteriza como uma redistribuição de renda dos mais ricos. Ademais, ressalta que políticas econômicas indispensáveis de curto prazo são tomadas pelo governo, provocando queda de salários e desemprego temporário – um exemplo atual é a adoção do isolamento social em decorrência do coronavírus – e a Renda Básica serviria para mitigar os impactos dessas medidas. Antônio Maria critica a tese da época que se deveria esperar a economia (“o bolo”) crescer para depois compartilhar o benefício entre todos.

Um sistema de redistribuição efetivo e eficaz pode minorar, ou talvez mesmo, compensar efeitos negativos de curto prazo, erradicado a pobreza no longo prazo. A colocação em termos de espera pelo crescimento do “bolo” não é somente infeliz pela ausência de critério de suficiência mas é também incorreta por ignorar a redistribuição que já vem sendo feita, inclusive pelos subdesenvolvidos, inclusive pelo Brasil.” (SILVEIRA, 1975, p.6)

Silveira defende que a Renda Básica deveria ter o valor inicial suficientemente para exterminar a pobreza do país, com um crescimento quantitativo gradual definido pelo progresso econômico do país.

Assim como Friedman, de quem foi aluno nos Estados Unidos, Silveira defende que a Renda Básica pode ser feita através de um Imposto de Renda Negativo. Para Silveira o problema do capitalismo não é a desigualdade, mas sim a pobreza. A partir deste diagnóstico defende que este problema deve ser atacado com a solução mais eficaz. Entretanto a visão de Silveira se diferencia de seus mestres de Chicago em dois aspectos. O economista brasileiro defende que a Renda Básica deveria atender inicialmente os mais idosos, o que traria um caráter mais humanista ao programa garantindo para este uma maior aceitação popular. Silveira também argumenta que a Renda Básica não alteraria em nada a oferta no mercado de trabalho, o economista brasileiro discorda da tese que uma renda adicional faria com que as pessoas trabalhassem menos, argumentando que não há evidências empíricas nesse caso.

Outro expoente no estudo da Renda Básica no Brasil é Eduardo Suplicy. Autor de diversos livros e artigos sobre o tema. Ajudou a implementar a Renda Básica no Brasil e em diversos municípios. Vem se dedicando na área desde 1976 com o artigo “O debate sobre o salário mínimo”, em que argumenta sobre a relevância do salário mínimo para o bem-estar social, e como a Renda Básica pode garantir uma

subsistência. Em um primeiro momento, Suplicy defende a Renda Básica através do Imposto de Renda Negativo. Porém, atualmente, defende a universalização da proposta, caracterizando-a como uma política socialdemocrata que prevê a Renda Básica não só para alguns, mas sim para todos.

A partir do seu ingresso no meio político, com a sua eleição para deputado estadual em 1979, Suplicy transpõem a ideia da renda básica do meio acadêmico ao âmbito político. Apesar da sua ascensão política, chegando a senador em 1990, Suplicy nunca parou de produzir estudos sobre o tema da Renda Básica. Elaborou obras como “Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania” de 1988; “Programa de garantia de renda mínima” de 1992; “Renda Mínima, discussões e experiências” de 1998. Porém, o grande marco do debate sobre a Renda Básica no Brasil é seu livro publicado em 2001, chamado “Renda de Cidadania: A Saída é pela porta”.

Nesse último trabalho, Suplicy faz uma abordagem do contexto histórico nacional e internacional sobre o tema. Demonstra que existe um conjunto grande de pessoas importantes que apoiam a proposta. Mostra como a Renda Básica afeta a liberdade individual das pessoas, ampliando-a e fazendo com que a pessoa não se sinta imposta a seguir determinada carreira. Em 2003 é publicado mais um trabalho sobre o tema - “Renda Básica de Cidadania: A resposta dada pelo vento”. Em que pese de todos estes livros, a sua contribuição mais significativa é o projeto de lei da Renda Básica da Cidadania, que será discutido na próxima seção.

Ademais, Suplicy possui papel imprescindível de maneira direta e indireta na concepção de outros projetos de Renda Básica em diversos municípios do Brasil. Portanto, Suplicy é quem possui o papel mais vultoso dentro do cenário brasileiro sobre a questão, compondo de maneira influente o meio acadêmico e político. E possui uma esperança: estar vivo para ver a Renda Básica implementada – é o que relata em uma entrevista ao jornal folha de São Paulo em 13 de abril de 2020.

### **2.2.2 A lei da Renda Básica de 2004**

Em 8 de janeiro de 2004 é sancionada pelo presidente Lula a lei da Renda Básica de Cidadania. A lei de número 10.835/2004 foi um projeto do então senador Eduardo Suplicy. Aprovada no congresso em dezembro de 2003 e sancionada pelo

presidente Lula em janeiro de 2004, a lei começaria a valer a partir de 2005, mas nunca foi posta em prática pelo poder executivo. A lei 10.835 previa uma renda que atendesse as necessidades básicas (como alimentação, saúde e educação) para todos os brasileiros e estrangeiros que vivem há pelo menos 5 anos no país. O pagamento seria igual para todos os beneficiários, pago mensalmente e em parcelas iguais. Tendo a receita consignada a partir do Orçamento-Geral da União para a implementação da primeira etapa do projeto. Primeiramente, haveria um pagamento às classes mais baixas, priorizando as camadas mais necessitadas, sendo feito em etapas até atingir um âmbito universal brasileiro. A lei também estava adequada à lei de responsabilidade orçamentária, a qual prevê que toda despesa deve ter receita equivalente.

Após sancionar a lei 10.835, o presidente Lula sanciona uma segunda lei, de número 10.836, criando o programa Bolsa Família. Esta lei agregou diversos benefícios existentes em outros programas sociais em um único programa com um escopo mais abrangente e de maior custo financeiro, ainda que voltado para a mesma parcela da população - os mais pobres. Foram agregados ao Bolsa Família: o Bolsa Escola (programa nacional de renda mínima vinculada a educação), o Auxílio-gás, o Fome Zero (programa nacional de acesso à alimentação), o cadastramento único do governo federal e o Bolsa Alimentação.

Embora a lei da Renda Básica de Cidadania não tenha saído do papel, Suplicy comemora o Bolsa Família afirmando que este programa seria um primeiro passo para a uma Renda Básica Universal. O programa Bolsa Família não pode ser classificado como uma Renda Básica por ser de um valor baixo para atender todas as necessidades vitais. No entanto o programa possui um elevado valor social, pois atende as pessoas mais carentes e consegue melhorar o padrão de vida desses brasileiros. Portanto, o caminho havia sido aberto, e a implementação da Renda Básica seria a ampliação do Bolsa Família, algo que realmente ocorreu com a Renda Básica Emergencial (Auxílio Emergencial) na pandemia da Covid-19.

### 2.2.3 A Renda Básica da Cidadania de Maricá

Independentemente da lei da Renda Básica da Cidadania não ter saído do papel, há uma lei municipal de Renda Básica em prática no país. Na cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, é pago 130 reais por mês para todos os moradores do município que se qualificam por receber até determinada renda. Cerca de 52 mil moradores de Maricá estão aptos a receber a renda. São pessoas que estão no Cadastro Único, tendo uma renda familiar de até 3 salários mínimos (3.125,00 reais). Diferentemente de outros projetos em outros países, esse não é um programa provisório e está sendo posto em prática sem prazo para terminar. A ideia do projeto é ampliar o público alvo até abranger um caráter universal.

Esse é o maior projeto permanente de Renda Básica feito no Brasil. Através da lei 2.248, colocada em vigor em junho de 2013, foi criado um fundo municipal em que se capta recursos para o projeto sair do papel. Esses recursos captados são usados pelo banco comunitário popular de Maricá. O banco comunitário criou em dezembro de 2013 a moeda social chamada de Mumbuca para ser utilizada no pagamento da renda básica.

A Mumbuca é uma característica significativa no projeto, pois apenas em Maricá é que se pode utilizar tal moeda. Esse aspecto é de fundamental importância para que o comércio local ganhe rentabilidade e uma maior circulação de moeda, fortalecendo a economia local. A Mumbuca é dada através de um cartão magnético, e esse cartão é aceito nos estabelecimentos locais. A Mumbuca tem o seu valor real igual à moeda brasileira, em outras palavras, 1 Mumbuca é igual a 1 real. Inicialmente, se pagava 70 Mumbucas, hoje em dia é pago 130 Mumbucas – com o projeto de aumento para 300 Mumbucas durante a pandemia do coronavírus.

A Renda Básica de Maricá é reconhecida como uma experiência pioneira por pesquisadores de todo o mundo. Uma das primeiras amostras do programa de forma ampla e contínua. Diversos grupos de pesquisas internacionais já estiveram em Maricá para fazer estudos. O site oficial da Renda Básica ([www.rendabasica.com.br](http://www.rendabasica.com.br)) traz uma matéria mostrando a atuação do instituto norte-americano The Jain Family – responsável por estudos sociais. Michael Stynes, CEO do instituto americano, destaca a plataforma utilizada para a distribuição das moedas Mumbucas e como o programa pode

ser o início para a introdução de políticas públicas maiores. A empresa fechou parceria com a prefeitura do município para a realização de estudos posteriores sobre o programa.

Além de Maricá, outros municípios tiveram leis de Renda Básica aprovadas, mas que não foram implementadas até hoje. O primeiro município a ter a sua Renda Básica aprovada foi Santo Antônio do Pinhal, localizado no interior de São Paulo, que aprovou a lei em outubro de 2009 instituindo a Renda Básica. O município de Apiaí, também localizada no interior de São Paulo, aprovou a lei, determinando a criação da Renda Básica. Por último, no município de São Paulo, foi instituído pelo prefeito Fernando Haddad em dezembro de 2016 a lei da Renda Básica no município, sendo esse seu último decreto como prefeito. Apesar dos 3 municípios não terem posto em prática as respectivas leis, estes são importantes marcos para a Renda Básica. E há de ressaltar que em todos os projetos existiu a influência direta do Eduardo Suplicy, seja dando palestras locais e incentivando os prefeitos – como em Santo Antônio do Pinhal – ou atuando na câmara dos vereadores como no caso do município de São Paulo.

### 2.3 A CONCEPÇÃO ATUAL DA BÁSICA

A Renda Básica deveria ser implementada inicialmente para os mais necessitados socioeconomicamente, àqueles que possuem menos renda. Atingindo uma especificidade universal caso atenda a todas as pessoas – o que só seria possível se a receita do Estado permitisse.

Além da garantia da saúde, educação e alimentação (as necessidades vitais), a renda garantiria uma possível liberdade ao trabalhador em exercer a profissão que mais deseja. Outro ganho é o psicológico, a renda garantiria uma sensação alegre e com menos preocupações, podendo elevar o estado psicológico da pessoa que recebe.

Segundo um estudo da OMS, a depressão é a doença que mais vai matar a partir de 2030, e a sua incidência em países pobres e em desenvolvimento é maior (e até mesmo em países ricos, os pobres tendem a sofrer mais com essa doença). Os mais pobres têm mais problemas de conseguir viver tranquilamente em uma sociedade capitalista e cabe ao Estado o papel de reverter este quadro. Segundo o médico Shekhar Saxena (2009) do Departamento de Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde:

Nós temos dados que apontam que os países mais pobres têm (mais casos de) depressão do que os países ricos. Além disso, até mesmo as pessoas pobres que vivem em países ricos têm maior incidência de depressão do que as pessoas ricas destes mesmos países". E complementa: "A depressão tem diversas causas, algumas delas biológicas, mas parte dessas causas vem de pressões ambientais e, obviamente, as pessoas pobres sofrem mais estresse em seu dia-a-dia do que as pessoas ricas, e não é surpreendente que elas tenham mais depressão. (SAXENA 2009, p.1)

Além do aspecto psicológico um programa de Renda Básica Universal produz diversos ganhos econômicos. O dinheiro desembolsado com a Renda Básica se reflete em um giro de receita na economia, aumentando o poder de compra e de investimento do cidadão. A elevada propensão a consumir do público alvo do programa resulta em um efeito multiplicador elevado no PIB. De acordo com Matias Rebello, em entrevista ao jornal da USP (2021), o dinheiro desembolsado pelo governo na Renda Básica geraria um efeito multiplicador positivo no PIB, "a cada R\$ 1 depositado pelo governo, R\$ 0,95 eram acrescentados ao real transferido. No entanto, com o passar do tempo, o efeito multiplicador fez com que, no terceiro trimestre, o real depositado gerasse R\$ 2,40". Bastante superior ao multiplicador dos gastos públicos com a previdência social (R\$0,59). O elevado efeito multiplicador dos gastos públicos com o Auxílio Emergencial significa que estes gastos elevam o PIB em um patamar maior que seu impacto na dívida pública provocando assim uma redução da relação Dívida/PIB. Segundo o jornal Valor Econômico (2020), a relação de 2020 que, em 25 de junho, estaria estimado em 90%, com a extensão do benefício, diminuiria para 89%. Estes dados deixam evidente que não há um grande risco fiscal na extensão da Renda Básica Emergencial, desmitificando o argumento que o Brasil não tem dinheiro para essa medida ou que a Renda Básica geraria uma dívida impagável ao Estado.

Outro impacto econômico positivo dos programas de Renda Básica é a ampliação da capacidade de investimento das famílias em atividades de geração de renda. Em um estudo realizado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), a partir das doações de US\$500,00 da ONG GiveDirectly à famílias na África Oriental. Relatou-se que as famílias que receberam o benefício da organização tiveram sua renda aumentada em 38%, um ganho que se tornou duradouro. Essas pessoas utilizaram o dinheiro para realizar investimentos que afetaram as suas vidas não somente no curto prazo. Os dados do estudo

apontam um crescimento de 58% em taxas de moradia própria e redução de 42% dos dias que as crianças passam fome.

Veja o caso de Bernard Omondi. Durante anos ele ganhou 2 dólares por dia trabalhando numa pedreira em uma área empobrecida do oeste do Quênia. (...) A quantia de 500 dólares havia sido depositada em sua conta bancária. Para Bernard, isso equivalia a um ano de salário. Vários meses depois, um jornalista do The New York Times visitou o vilarejo onde Bernard morava. Era como se a população inteira do lugar tivesse ganhado na loteria: havia bastante dinheiro circulando no vilarejo. Mas ninguém estava gastando tudo em bebida. Em vez disso, as casas estavam sendo reformadas e pequenos negócios eram abertos. Bernard investiu seu dinheiro numa motocicleta Bajaj Boxer novinha, importada da Índia, e ganhava 6 a 9 dólares por dia levando passageiros na garupa, como mototaxista. Sua renda havia mais que triplicado. (BREGMAN, 2018, p. 30)

Exemplos como este deixam claro que é inverossímil aludir que as pessoas de classes mais pobres não saibam fazer investimentos. Podem não conseguir por falta de dinheiro. A Renda Básica supriria as necessidades vitais do cidadão, promovendo um desafogo econômico, possibilitando o investimento através do salário do trabalhador ou da própria Renda Básica.

A Renda Básica não é uma utopia. É algo possível e economicamente viável. Trazendo retornos econômicos ao Estado e sociais à população. De acordo com Van Parijs (1995), a Renda Básica é uma saída para se elevar o bem-estar social das pessoas em um sistema que não é o ideal, mas que tem como aprimorá-lo. E o melhor jeito de se fazer é diminuindo a desigualdade social existente, dando uma oportunidade mínima a todos. Uma redistribuição da riqueza da nação, sobretudo a quem nunca a teve.

### **3 OS PROGRAMAS NACIONAIS DE GARANTIA DE RENDA**

#### **3.1 BOLSA FAMÍLIA**

Desenvolvendo-se, o tema a difundir é a aplicabilidade de programas que garantem renda à população no Brasil. Por exemplo, estudar o programa Bolsa Família como primeiro passo da Renda Básica - parafraseando Suplicy.

No qual, garantiu acesso a uma renda significativa. Um projeto com a missão de combater diretamente a pobreza e miséria no Brasil. Garantindo, além de renda, direitos sociais. Um modelo de inclusão social, em quem os brasileiros mais pobres se viam de fora. Com o alívio imediato da fome, o indivíduo tem mais condições de ascender socialmente. Porém, com um valor que não é ideal para atender a todas as necessidades básicas de um cidadão.

Quebrando mitos, como o que mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família teriam mais filhos ou que a pessoa beneficiada não teria tendência a procurar emprego. O Bolsa Família se torna o grande programa de combate à pobreza do governo Lula. E está até hoje criando pontes para uma possível Renda Básica, desta vez não só de forma emergencial.

##### **3.1.1 A Implementação do Bolsa Família: 2001 a 2020**

Nenhum programa de desenvolvimento econômico e social surge do nada. O Bolsa Família surgiu da união de diversos programas sociais criados em governos anteriores, em especial no governo Fernando Henrique Cardoso que já havia iniciado projetos de enfrentamento a pobreza e a fome.

O primeiro deles foi criado em 2001 - o Bolsa Escola. Este programa realizava uma transferência de renda condicionada à educação dos filhos, fornecendo bolsas para os pais de crianças de 7 a 14 anos como forma de melhorar as condições de estudo daquelas crianças no ensino fundamental.

No mesmo ano, teve início um outro programa fundamental para o Bolsa Família: o Cadastro Único, que é até hoje o principal conjunto de dados de pessoas com baixa renda no país. O cadastro passou por diversas melhorias ao longo dos anos e se consolidou como uma ferramenta central do governo para coordenar as transferências de renda e outros projetos sociais como a Tarifa Social de Energia.

Em 2003, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre a criação do Bolsa Família a partir da agregação de outros quatro programas previamente existentes - Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Transformando-se em lei em 2004 (lei n. 10.836/2004).

Após sua criação, o Bolsa Família foi sendo aperfeiçoado e ampliado, o que aumentou gradualmente sua importância na promoção do desenvolvimento social. Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado para estruturar e articular o Bolsa Família. Também ficava a cargo do ministério, monitorar e avaliar o programa.

Em 2006, surgem dois mecanismos para aprimorar o Bolsa Família: o monitoramento das condicionalidades de saúde e educação; e o Índice de Gestão Descentralizada. O primeiro buscava verificar se as condições propostas do Bolsa Família estavam sendo de fato atendidas pelos beneficiados. O segundo ampliava os recursos para que os municípios pudessem realizar o cadastro e estipular índices das pessoas cadastradas.

No ano de 2009 é criada a Revisão Cadastral vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São definidos procedimentos para que gestores municipais façam o recadastramento dos beneficiários a cada 2 anos, garantindo uma melhor análise dos dados da população de baixa renda.

Em 2010, foi criada a primeira versão online do Cadastro Único, facilitando o cadastramento e monitoramento dos públicos vulneráveis prioritários como a população de rua, crianças submetidas ao trabalho, povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas).

Já no governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria. O plano ampliava as iniciativas públicas de localização e inclusão de famílias com perfil para inserção no Cadastro Único. No mesmo ano foi criado o Retorno Garantido ao Bolsa Família, que determinava o retorno imediato daqueles que se

desligaram do programa devido a um crescimento momentâneo da renda e que depois estavam em uma situação semelhante a anterior. A volatilidade das pessoas no maior índice de pobreza é muito alta e é normal essa oscilação de renda.

Ainda no governo Rousseff, em 2012, foi editada a Nova Portaria de Controle de Condicionalidades determinando que ninguém terá o benefício cancelado por descumprimento de condicionalidades sem que antes haja acompanhamento de um assistente social do governo. No mesmo ano foi criado o Benefício Para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância, que consistia em um complemento ao Bolsa Família para as famílias que tivessem crianças de até 6 anos e ainda se encontrassem em situação de extrema pobreza. Porém, no ano de 2015, o programa teve sua maior queda no valor real, decrescendo em 14,19% do seu valor real pago aos beneficiários.

Já no governo do presidente Michel Temer, em 2016, foi implementado o Novo Regime Fiscal no Âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Popularmente conhecido como “teto de gastos”, a emenda constitucional impôs restrições na alta do Bolsa Família e em outros programas sociais no país. Fazendo com que houvesse uma limitação orçamentária do crescimento dos programas, e conseqüentemente, limitando ainda mais a renda da população mais pobre. Entre dezembro de 2014 e de 2019 o valor real do Bolsa Família caiu 13,89%.

Em 2019, no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, foi criado o Décimo Terceiro Salário do Bolsa Família. Como uma medida provisória e para compensar a falta de ajustes no programa, é criado uma parcela adicional ao mês de dezembro. Porém, no mesmo ano, foram desligadas 900 mil pessoas do programa como uma medida de corte de gastos. O que resultou em uma fila média de 500 mil famílias aptas a participarem do programa.

### **3.1.2 As Principais Características do Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família é instituído a partir de 2003 com a união de outros programas de distribuição de renda: o Programa Bolsa Escola Federal; o Bolsa Alimentação; o Vale Gás; e o Cartão Alimentação. O Bolsa Família nada mais é do que um grande programa nacional de distribuição de renda que une e amplia outros programas preexistentes. O Bolsa Família ainda não pode ser considerado uma Renda Básica pois a

renda que o programa assegura não atende todos os requisitos básicos de um cidadão, mas o programa promove uma importante melhoria econômica e social.

O programa se baseou em três alicerces principais. O primeiro, promover um alívio imediato da pobreza através da distribuição de renda. O segundo, a partir das condições determinadas, as famílias devem ter um reforço no acesso à educação, saúde e assistência social – direitos básicos de qualquer cidadão. E por fim, integração com ações e programas complementares que tem como objetivo o desenvolvimento das famílias e o rompimento do ciclo da pobreza.

O presidente Lula explicou o alicerce do Bolsa Família em uma entrevista (disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=eTPCzxjOhUo>) para o Instituto Lula: “nós tínhamos certeza que o problema do Brasil não era a falta de produção de alimentos, mas era a falta de dinheiro para comprar alimentos”. E essa frase consegue escancarar que o problema não estava do lado da oferta e sim do lado da demanda. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas grande parte dos brasileiros não tinha dinheiro para comprar o alimento no supermercado. A intenção do programa é justamente aumentar o poder aquisitivo para ampliar a demanda, fazer com que a população pobre tenha dinheiro para poder comprar o alimento. Assim, se consegue mitigar dois problemas de uma vez só: a pobreza e a fome.

Uma peça chave do programa é o cadastramento da população necessitada. Nas palavras de Lula: “o cadastro é metade do sucesso dos nossos programas sociais”. Através desse cadastro, que não existia anteriormente e como dito acima foi criado em 2001, é possível saber a renda per capita, escolaridade, número de integrantes na família, situação de saúde e educação. Este monitoramento da sociedade brasileira a partir de dados sociais permite que o dinheiro chegue na mão de quem realmente precisa, sem desvios, com os recursos destinados àqueles realmente aptos a receber o valor.

O cadastro é feito a partir do Cadastro Único. Não há um cadastro especial para o Bolsa Família. O Cadastro Único serve de base para todos os programas sociais do governo, incluindo o Bolsa Família. Os municípios e o Distrito Federal são responsáveis por esse cadastro, podendo ser feito em setores de Cadastro Único ou no Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Outro elemento central do programa é a definição das pessoas aptas a receber o benefício. Foi definido que o programa atende famílias que estão no nível de pobreza

(renda per capita até 436 reais por mês) e extrema pobreza (renda per capita até 151 reais por mês). Para isso foi determinado os seguintes critérios para o recebimento do benefício: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção das famílias é feita por um sistema informatizado, a partir dos dados informados. A autorização do benefício depende de quantas famílias já foram deferidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa região. Ademais, o governo federal precisa respeitar o limite orçamentário do programa. As famílias atendidas recebem um cartão de saque (o Cartão Bolsa Família), emitida pelo banco Caixa Econômica Federal e entregue pelos Correios nas casas das famílias.

Como há uma insegurança em relação à renda, principalmente na parte mais pobre, tem sempre famílias entrando ou saindo do programa. Quando ocorre um aumento da renda familiar ou falta de atualização das informações cadastrais, as famílias saem do programa. Assim como o inverso, famílias atualizando seus cadastros e com a diminuição de renda, entram no programa. O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício, embora isto ocorra apenas em último caso, pois o programa visa justamente reforçar o acesso das famílias mais pobres a direitos sociais.

Os valores que uma família recebe depende de algumas variáveis como a renda da família e o número de crianças, adolescentes e gestantes. E os benefícios vão se acumulando como uma soma matemática. Os benefícios podem ser divididos em quatro tipos: básico, variável, variável vinculado ao adolescente e superação da extrema pobreza. E os valores se decompõe da seguinte maneira:

- i. Benefício Básico no valor de R\$ 89: Pago apenas às famílias em extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 89 por pessoa;
- ii. Benefício Variável no valor de R\$ 41: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes até 15 anos em sua composição;
- iii. Benefício Variável no valor de R\$ 41: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São nove parcelas mensais;

- iv. Benefício Variável no valor de R\$ 41: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças até seis meses em sua composição. São seis parcelas mensais;
- v. Benefício Variável Vinculado Ao Adolescente no valor de R\$ 48: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 e que tenham adolescentes de 16 ou 17 anos em sua composição;
- vi. Benefício Para Superação Da Extrema Pobreza: Pago às famílias que continuam com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89, mesmo após receberem outros tipos de benefício do programa. O valor é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas para que a família ultrapasse o piso de R\$ 89 de renda por pessoa.

Há também certas obrigações para a família continuar recebendo a transferência de renda. E essas responsabilidades atreladas as áreas de educação e saúde, juntamente com o dinheiro recebido, são os principais ganhos do programa. O desenvolvimento social trazido pelo programa é justamente para que aquela família não fique no ciclo da pobreza ou extrema pobreza. Para que a família possa estar mantendo os mais jovens na escola, recebendo mais oportunidades de ensino e qualificação profissional. O ciclo somente acaba quando os filhos têm mais oportunidades e benefícios que os pais tiveram. E esse é o desejo de qualquer pai e mãe – o filho ter uma vida melhor e longe da pobreza. As obrigações são:

- I- Na educação:
  - i. Todas as crianças de 6 a 15 anos devem estar matriculadas e ter frequência mensal mínima de 85% das aulas durante o ano letivo;
  - ii. Os adolescentes de famílias que recebem o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente devem ter frequência mensal de 75% das aulas durante o ano letivo.
- II- Na saúde:
  - i. Se houver gestante na família, deve-se comparecer às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde;
  - ii. Manter atualizado o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos com todas as vacinas;
  - iii. As mulheres de 14 a 44 anos devem cumprir o calendário de vacinação periodicamente;

- iv. As nutrizes devem comparecer as consultas para fazer o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

### 3.1.3 Resultados Bolsa Família

As condicionalidades e obrigações do Programa Bolsa Família geraram resultados em toda a sociedade brasileira. Segundo a presidenta Dilma em entrevista ao jornal *Época* em 2013: "A Bolsa Família não é caridade, mas uma tecnologia social de distribuição de renda e de combate à desigualdade". E essa tecnologia social gera dados inquestionáveis que provam um significativo avanço social e econômico gerado por uma distribuição de renda bem feita e organizada.

Na educação, em 2018, a frequência escolar média dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família alcançou a marca de 94,95%. O que equivale a 12,5 milhões de crianças e adolescentes na escola e com a frequência condizente com a expectativa das obrigatiedades, bastante superior à média nacional. Em 2008, a taxa de abandono escolar foi de 7,2% entre os beneficiários do programa, bastante inferior à média nacional de 14,3%. A taxa de aprovação dos estudantes beneficiários no ensino médio foi de 81,1% superando a média nacional de 72,6%. Segundo Daniel Ximenes, diretor de estudos e acompanhamento das vulnerabilidades educacionais do MEC, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* em 2010, essa diferença estatística está ligada aos benefícios de transferência de renda do Bolsa Família.

A transferência de renda condicionada provoca alerta e cobrança por parte dos pais e reforça o desafio de fazer as crianças permanecerem na escola com maior regularidade. No longo prazo, isso ajuda a corrigir trajetória ruim no processo educacional brasileiro entre crianças e jovens da turma da pobreza (XINENES, 2010, p.1)

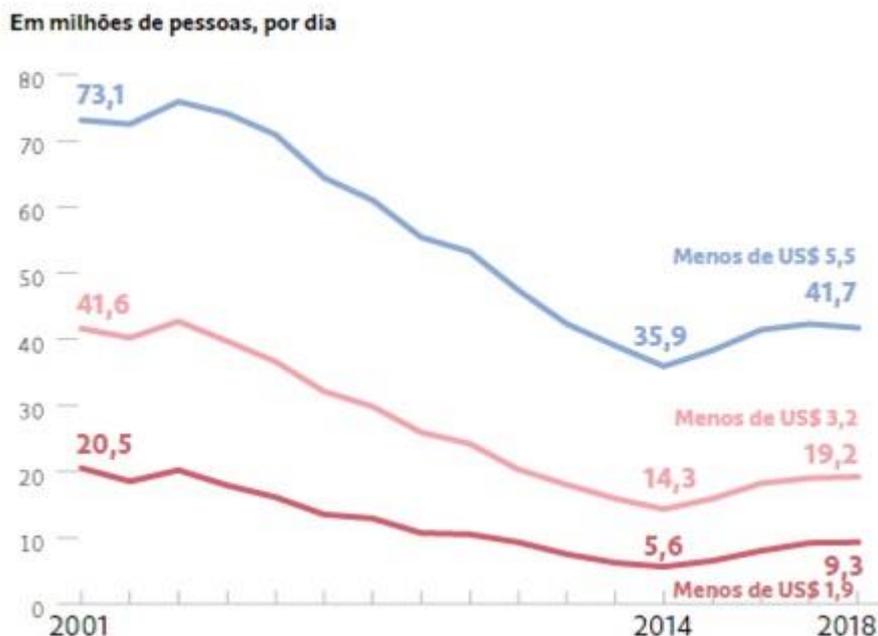
Ainda na área da educação, o diretor de Condicionalidades da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), Eduardo Pereira segue na mesma linha de raciocínio. Em entrevista ao site da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em 2019, mostra a importância das condicionalidades na educação para que essas crianças e adolescentes permaneçam nas escolas.

Há diversos estudos que comprovam que o acompanhamento da frequência leva à menor evasão escolar, melhora o resultado escolar dos beneficiários e contribui, no longo prazo, para que essas crianças tenham mais condições de participar ativamente da sociedade. Numa perspectiva mais ampla, esse é o papel das condicionalidades de educação: dar às crianças condições de, no futuro, saírem da situação de pobreza das suas famílias originárias (PEREIRA, 2018, p.1)

Os ganhos na área da educação demonstrados estatisticamente são resultado das melhores condições de vida dos alunos promovidos pelas transferências de renda. Com a melhoria social progressiva dentro da família, os responsáveis pela família não necessitam que seus filhos ajudem monetariamente (ao menos, não como antes), fazendo com que as crianças possam se dedicar aos estudos. Isto amplia a possibilidade de ascensão social da criança ou adolescente, aumentando a chance do ciclo da pobreza se fechar naquela família. A educação como base na modificação das pessoas, e consequentemente, na modificação política do mundo.

O grande objetivo do Bolsa Família é tirar as famílias da miséria e dar fim a esse ciclo. Estatisticamente há avanços consideráveis nessa direção. De acordo com as informações do Banco Mundial em 2018, quem vive com abaixo de 1,90 dólares diários é considerado em situação de miséria ou extrema pobreza. Aqueles que ganham menos de 3,20 dólares por dia ainda são considerados em situação de pobreza. E aqueles que ganham menos de 5,50 dólares por dia podem ser considerados em situação de risco de pobreza. A redução da pobreza e extrema pobreza do Brasil desde o surgimento do Bolsa Família fica evidente no gráfico do Banco Mundial sobre o Brasil reproduzido abaixo:

**Gráfico 1: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil**



Fonte: Banco Mundial (2020).

Percebe-se claramente que desde 2002 há uma queda no número de pessoas que estão na zona de pobreza, o que é explicado pela distribuição de renda feita pelo Bolsa Família. Verifica-se uma queda de mais de 50% nas pessoas que viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza (de 62,1 milhões de pessoas em 2001 para 19,9 milhões de pessoas em 2014). Também se observa um crescimento na pobreza devido à crise econômica a partir de 2014, mostrando que a renda distribuída pelo governo não consegue atender todas as necessidades básicas do brasileiro. Conclui-se assim que o Bolsa Família se caracteriza como uma ajuda monetária para as famílias, mas ainda está longe de ser um projeto de Renda Básica, pois com a Renda Básica nenhuma pessoa viveria na linha da pobreza.

O Bolsa Família também estimula a abertura de novas perspectivas para os beneficiários. Ao ter suas necessidades básicas de alimentação garantidos pelo Bolsa Família, os beneficiários ampliam sua autonomia, podendo buscar alternativas de geração de renda por meio do empreendedorismo, evitando ocupações extremamente insalubres e mal remuneradas. O programa Progridir criado pelo governo federal busca estimular o empreendedorismo por meio do microcrédito produtivo, viabilizando pequenos empréstimos e assistência técnica para que os beneficiários do Bolsa Família possam abrir

o seu próprio negócio ou possam investir caso já possua um negócio. O programa utiliza os dados do Cadastro Único e o beneficiário deve apresentar uma proposta de negócio para que um banco parceiro do Progredir avalie e libere o empréstimo. O valor que pode ser solicitado varia de R\$ 300,00 a R\$ 15.000,00. O programa Progredir também oferece ajuda na elaboração de um currículo profissional, cursos gratuitos e acesso a vagas de emprego na região.

O custo do programa é relativamente baixo em comparação ao PIB, em torno de 0,4%. E os impactos na economia são grandes. A cada R\$1,00 gasto no Bolsa Família é gerado R\$1,78 na economia brasileira. Esse é o caso em que o multiplicador do PIB está muito elevado. O que comprova a tese de Keynes que o consumo marginal das famílias mais pobres tende ao consumo máximo da renda delas. Portanto, o efeito na economia é positivo, é um investimento para o balanceamento positivo nas contas públicas.

O Bolsa Família atingiu resultados esperados, uma vez que conseguiu atingir uma grande parcela da população brasileira. Promovendo uma melhora considerável na condição de vida desta população que nasce sem culpa do sistema em que vive. O Bolsa Família se constituiu assim em um grande passo para um programa mais sólido, abrangente e de maior impacto – a Renda Básica.

### 3.2 A RENDA BÁSICA EMERGENCIAL

A pandemia da covid-19 e a consequente crise de saúde mundial resultou em uma profunda crise econômica global. O que acarretou em diversos países a adotarem a Renda Básica (mesmo que de forma provisória). No Brasil não foi diferente, apesar da resistência de grande parte do alto escalão do governo, incluindo o presidente Bolsonaro. Esta seção pretende analisar as premissas básicas da renda emergencial adotada no Brasil, sua forma de implementação e os resultados preliminares desta política. Também debate-se as perspectivas da economia e da sociedade com a redução e o possível fim da Renda Básica no Brasil em 2021.

### 3.2.1 A Implementação da Renda Básica Emergencial

Em 2 de abril de 2020, após forte pressão popular e de parte do congresso, foi sancionada pelo presidente Bolsonaro a Renda Básica Emergencial no Brasil. Denominada mais comumente como Auxílio Emergencial, o projeto de lei nº 13.982 determinava a concessão de uma Renda Básica no valor de R\$ 600,00 per capita a grupos vulneráveis da sociedade durante a pandemia do covid-19. Medida que buscava atenuar os impactos sociais das medidas restritivas como o isolamento social, o fechamento de fronteiras e a flexibilização ou o fechamento de comércios locais. Estas medidas restringiram drasticamente as trocas comerciais nacionais e internacionais, provocando uma crise de oferta. A demanda agregada também foi afetada pela pandemia, com o aumento do desemprego e o fechamento de diversas micro e pequenas empresas, o que restringiu o poder de compra dos cidadãos. A Renda Básica Emergencial buscava garantir a sobrevivência daqueles que foram mais afetados economicamente pela pandemia.

Foram previstas, inicialmente, 3 parcelas de R\$ 600,00. Depois, prorrogadas a mais 2 parcelas de R\$ 600,00, e posteriormente, mais 4 parcelas de R\$ 300,00, se encerrando em dezembro de 2020.

Para receber o auxílio o beneficiários deveria atender a critérios específicos. Foram determinados os seguintes requisitos:

- i. Ter mais de 18 anos (exceto mães adolescentes, que podem receber mesmo sendo menores de idade);
- ii. Ter renda mensal de até 3 salários mínimos (R\$ 3.135,00) por família;
- iii. Ter renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por pessoa;
- iv. Não ter recebido mais de R\$ 28.559,70 em rendimentos não tributáveis ao longo de 2018;
- v. Não receber benefício previdenciário ou assistencial, exceto o Bolsa Família.
- vi. O auxílio era limitado a duas pessoas no núcleo familiar. Portanto, R\$ 1200,00 por família. Mães solteiras podiam receber o benefício dobrado – R\$ 1200,00.

A realização do cadastro e da triagem para receber a Renda Básica foi feita de forma urgente. Se utilizou o banco de dados existente no Cadastro Único e, para aqueles que não possuíam um cadastro no governo, este poderia ser feito através do site da Caixa Econômica ou através de um aplicativo de celular exclusivo para esse cadastramento. Pelo número alto de pedidos e por ter sido feito de forma desorganizada, o sistema apresentou falhas, houveram fraudes e muitos beneficiários que se qualificavam para receber o auxílio ficaram de fora.

Para 2021, no auge da pandemia no Brasil (em que se concentra as maiores médias diárias de mortes e com os leitos dos hospitais mais cheios) se prevê mais parcelas, porém a previsão é para abril de 2021. O estimado é 4 parcelas variando entre R\$150,00 a R\$375,00. As famílias dirigidas somente por uma mulher devem receber o valor máximo (R\$375,00). As famílias que não se encaixam na situação anterior vão receber R\$250,00. E quem mora sozinho R\$150,00. Uma quantia muito abaixo do esperado para uma Renda Básica, pois o valor per capto desse novo auxílio equivale a menos de  $\frac{1}{4}$  da renda recebida no primeiro auxílio do ano passado. O valor é insuficiente para manter as necessidades básicas, ainda mais no pior momento da crise de saúde do coronavírus (o Brasil já registra mais de 4 mil mortes diárias em decorrência da doença, e acumula o total de 348 mil mortes até o dia 9 de abril de 2021).

### **3.2.2 Resultados da Renda Básica Emergencial**

Segundo a Caixa Econômica, mais de 67 milhões de brasileiros receberam o auxílio. Isso significa 4 a cada 10 brasileiros em condições de trabalho, ou seja, 40% da população empregável foi beneficiada com o total de R\$ 4.200,00 no ano de 2020, com as mães solteiras recebendo o dobro, R\$ 8.400,00. Isso significa uma média de R\$ 350,00 ao mês durante o ano de 2020, com as mães solteiras recebendo R\$ 700,00 em média. Destes beneficiados, 19,2 milhões estavam no Bolsa Família. O Auxílio Emergencial foi um segundo degrau do Bolsa Família, abrangendo uma maior parcela da população e com uma remuneração mais significativa – possibilitando ao beneficiário pagar boa parte de suas necessidades básicas. Sendo assim, todos os beneficiários não estiveram em situação de pobreza ou extrema

pobreza durante a vigência do benefício. Um verdadeiro marco para a superação da miséria, pobreza e fome no país.

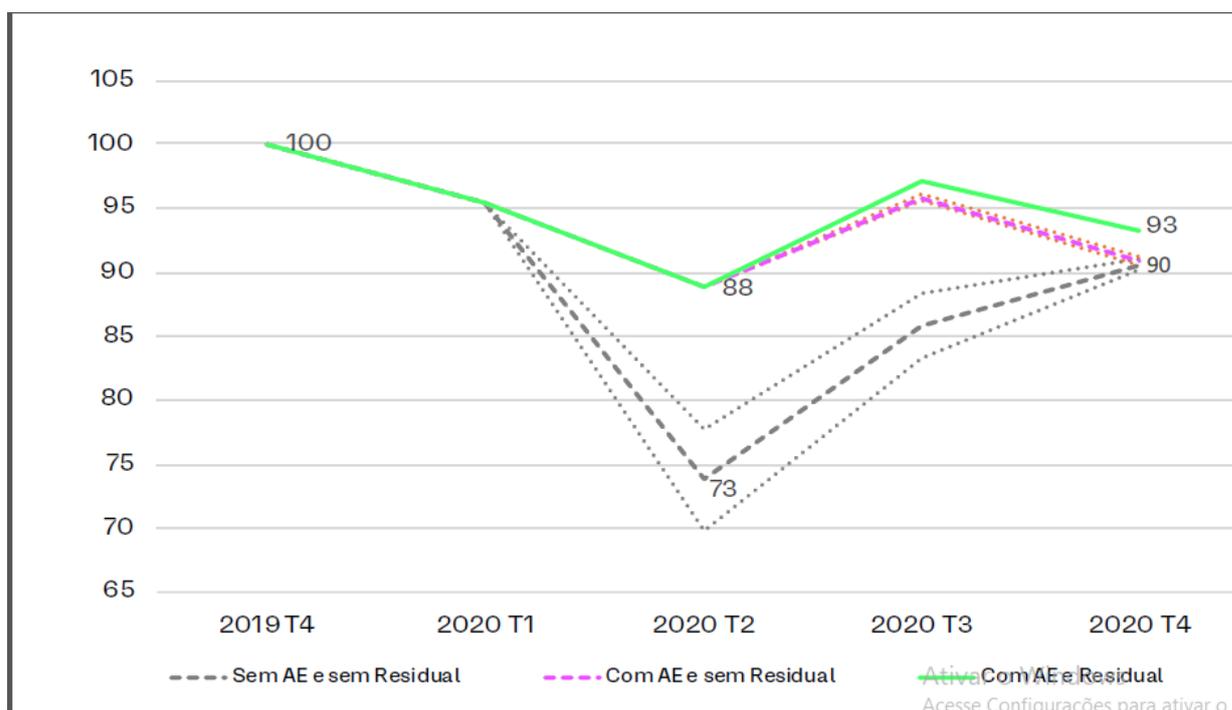
O governo federal teve um gasto de R\$ 303,4 bilhões de reais, o que representa 4,1% do PIB brasileiro. A fim de comparação, o Bolsa Família no ano de 2019 teve um gasto um pouco maior do que 10% do valor da Renda Básica Emergencial. A partir desse gasto em relação ao PIB pode-se realizar uma análise do multiplicador fiscal. De acordo com Sanches, Cardomingo e Carvalho (2020). O auxílio emergencial foi decisivo para reduzir a queda do PIB durante a crise econômica de 2020. Os autores começam explicando como funciona o multiplicador fiscal:

O multiplicador fiscal é um conceito importante utilizado na macroeconomia para medir o impacto de mudanças na política fiscal (seja no gasto público ou na receita) sobre o PIB ao longo de um certo período de tempo. Um multiplicador de 2 reais, por exemplo, indica que 1 real gasto em determinada despesa pública estimula a economia e gera 2 reais de impacto total no PIB. Em um modelo keynesiano simples, o multiplicador depende diretamente da propensão marginal a consumir. No caso de benefícios sociais, por exemplo, as transferências de renda realizadas pelo governo costumam ser direcionadas para pessoas com maior propensão a consumir que, por terem renda inicial menor, devem gastar tudo ou quase tudo que recebem com consumo, elevando o PIB. Isso tem um efeito de induzir o consumo por parte das famílias, o que estimula as expectativas de vendas por parte das firmas e o investimento privado. No caso do multiplicador maior que a unidade, a cada real que o governo gasta, o produto aumenta em mais de um real porque parte da renda adicional das famílias será utilizada em consumo, estimulando o aumento da produção, e assim por diante. (SANCHES, CARDOMINGO, CARVALHO 2020, p.1)

O multiplicador é importante por indicar o impacto dos gastos públicos sobre o crescimento do PIB. Segundo as projeções dos autores do artigo, caso não houvesse o gasto no Auxílio Emergencial, o PIB em 2020 teria sofrido uma variação negativa entre 8,4% e 14,8% ante o ano anterior. Porém, com o auxílio, a expectativa pelas previsões do Boletim Focus do Banco Central é algo próximo a uma variação negativa de 4,32%.

No gráfico abaixo, foi analisado o efeito do multiplicador no PIB para cada trimestre de 2020 tendo como base o último de 2019 (onde o PIB vale 100).

**Gráfico 2: Impacto do multiplicador de Benefícios Sociais sobre o Produto Interno Bruto de 2020**



Fonte: Carvalho, Toneto e Ribas (2021).

As linhas pontilhadas representam o intervalo de confiança da estimativa.

No segundo trimestre de 2020, quando a distribuição de renda começou a ser feita, o produto seria 14,9% menor no cenário sem o Auxílio Emergencial, se comparado ao cenário do PIB projetado. Essa diferença é de 11,2% no terceiro trimestre e de 2,7% no último trimestre de 2020. No cenário sem o Auxílio Residual (o auxílio pago a partir de setembro e com valores menores), a diferença em relação ao cenário observado - com Auxílio e com Residual - é de 1,29% e de 2,4% nos terceiro e quarto trimestres de 2020, respectivamente. O que demonstra que a continuação do Auxílio Emergencial, mesmo com valores reduzidos, foi benéfica para o crescimento do PIB.

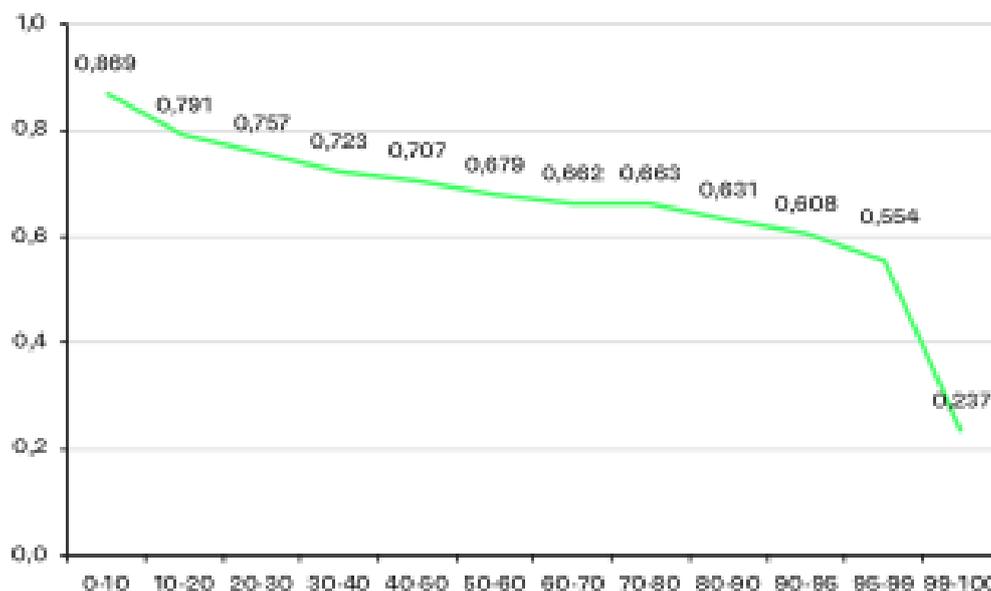
Sanches, Cardomíngio e Carvalho (2020) também discutem a evolução da relação dívida/PIB em cenários com e sem o Auxílio Emergencial. O efeito da dívida pública sobre as expectativas dos agentes econômicos depende de sua magnitude em relação ao PIB, a relação dívida/PIB é uma variável muito mais importante que a dívida em si mesma. O programa de auxílio emergencial afeta a relação dívida PIB de algumas maneiras: (a) os gastos do programa tendem a ampliar a dívida, (b) o crescimento do PIB promovido pelo programa tende a

reduzir a relação dívida/PIB, (c) este crescimento do PIB amplia a arrecadação tributária o que tende a reduzir a dívida.

O estudo conclui que, se não houvesse o programa de auxílio emergencial a relação dívida/PIB no final de 2020 estaria entre 68,1% a 69,1%. Uma vez que na realidade, com o Auxílio, a relação dívida/PIB ao final de 2020 era de 65,6%. Segue que a Renda Básica no ano de 2020 reduziu em aproximadamente 3 pontos percentuais a relação dívida/PIB. Esta conclusão deixa evidente a falsidade do argumento que a Renda Básica gera um aumento de gasto incontável. Na verdade, o que se apresenta é um cenário em que a Renda Básica acelera o crescimento do PIB e ao mesmo tempo melhora a condição fiscal do Estado. Um verdadeiro sucesso no ponto de vista de política macroeconômica.

Um outro estudo titulado de “Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres” realizado por Carvalho, Toneto e Ribas (2021) defendeu a necessidade de expandir o Auxílio Emergencial para 2021. Argumentando que “partir de esquemas de tributação sobre altas rendas e expansão do valor e do universo de beneficiários do Programa Bolsa Família, mostramos ser possível reduzir em até 8,9% a desigualdade” (CARVALHO; TONETO; RIBAS. 2021, p.3). O estudo apresenta um gráfico sobre a propensão marginal a consumir, que podem esclarecer os impactos do auxílio sobre o crescimento do PIB na ótica do consumo da população.

**Gráfico 3: Propensões marginais a consumir segundo estratos de renda disponível familiar per capita.**



Fonte: Carvalho, Toneto e Ribas (2021)

O gráfico acima traz a propensão marginal a consumir das famílias por mínimos quadrados. Analisando os dados, observa-se que os 10% mais pobres consomem 87% de sua renda. A propensão a consumir se reduz gradualmente, mas sofre uma brusca queda no 1% mais rico (consomem apenas 24% de sua renda). Estes dados deixam muito evidentes o profundo impacto econômico de um amplo programa de tributação sobre a renda - fortemente progressivo -, e associado a um programa de Renda Básica. O 1% mais rico não consome sequer  $\frac{1}{4}$  de sua renda, a transferência de renda desta faixa da população para as faixas mais pobres provoca um grande impacto sobre o crescimento econômico ao mesmo tempo em que promove a diminuição da imensa desigualdade social que caracteriza a estrutura econômica brasileira.

De acordo com as propensões estimadas, uma tributação de R\$1,00 a mais do 1% mais rico para transferência desse mesmo montante para os 10% mais pobres é capaz de elevar o consumo agregado em R\$0,63. Afinal, enquanto taxar os mais ricos leva a uma queda de R\$0,24 no consumo, o ganho nessa mesma variável ao distribuir o montante total aos mais pobres é de R\$0,87. Ou seja, é possível conciliar redução da desigualdade com crescimento econômico no Brasil (CARVALHO, TONETO e RIBAS, p.2, 2021)

Pode-se concluir assim que distribuição de renda do topo da pirâmide para as camadas mais baixas gera um ganho econômico. A tributação dos mais ricos com distribuição desta renda para os mais pobres gera um estímulo na economia ao promover a expansão da demanda por consumo.

Carvalho, Toneto e Ribas (2021) também analisam o impacto do programa Auxílio Emergencial na economia. Os autores calcularam que cada R\$100,00 gastos pelo governo se convertem em R\$140,00 em renda agregada, resultando em um efeito multiplicador do PIB de 1,4. Isso significa que os R\$ 303 bilhões gastos pelo governo durante o ano de 2020 em Auxílio Emergencial resultaram em uma ampliação da renda agregada de aproximadamente R\$ 420 bilhões.

### 3.3 A RENDA BÁSICA COMO UMA PROPOSTA PERMANENTE PARA O BRASIL

O Brasil está preparado para um programa de distribuição de renda como a Renda Básica de Cidadania, nos moldes do projeto de lei articulado por Suplicy em 2002. Uma renda universal a todos os brasileiros deve ser inserida de forma gradual. Levando em conta a exigência de condicionalidades ligadas a educação e saúde, a prioridade aos grupos sociais mais vulneráveis e a lisura no processo de cadastramento. Porém, o fato mais importante foi comprovado, a Renda Básica funciona para promover o crescimento econômico e reduzir as desigualdades. O Auxílio Emergencial extinguiu diversos mitos. O principal mito destruído foi que as a Renda Básica prejudicaria as contas públicas, verificou-se exatamente o contrário, uma vez que o programa melhorou o resultado da relação dívida/PIB. Essa verificação não se baseia em rebuscadas técnicas econométricas questionáveis, mas sim nos conhecimentos mais básicos e amplamente aceitos da ciência econômica.

A saída é pela porta, como diz Suplicy. É simples, distribuir renda àqueles que não possuem. Aumentar a demanda para viabilizar o crescimento da oferta. Outros mitos estão para serem quebrados empiricamente, como o mito defendido pelo ministro Paulo Guedes que a Renda Básica gera inflação. Diversos estudos deixam cada vez mais claro

que a inflação brasileira é uma inflação de oferta, e não uma inflação de demanda. A principal fonte de inflação no Brasil é a taxa de câmbio. Uma desvalorização cambial produz profundo impacto tanto nos preços dos insumos importados que afetam toda a cadeia produtiva, quanto no aumento dos preços da produção interna de produtos exportáveis. A natureza da inflação brasileira fica cada vez mais evidente em 2021, uma vez que os preços apresentaram seu maior aumento médio justamente quando o Auxílio Emergencial foi paralisado. Não há dado empírico para provar o efeito do Auxílio Emergencial no aumento da inflação.

Ademais, o Brasil necessita da Renda Básica. Em 2021, o país entrou em um cenário grave de insegurança alimentar. Que é quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos. Os níveis são grave (passam fome), moderado (sem alimentos em quantidade suficiente) ou leve (vulnerável a não ter alimentos permanentes). A pesquisa foi realizada pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020. O resultado foi um aumento de 54% no índice de Insegurança Alimentar. 55,2% dos domicílios brasileiros estão com insegurança alimentar. Sucedendo 116,8 milhões de brasileiros sem acesso pleno e permanente aos alimentos. Desses, 43,4 milhões (20% total da população do Estado) estão em situação de risco alimentar moderada. 19,1 milhões (9% total da população) estão passando fome (situação grave). A fome é um problema que pode ser mitigado ou eliminado através de um programa social como a Renda Básica.

Além da Renda Básica poder ser implementada de forma permanente em 2021, mitigando os efeitos da crise oriundo da pandemia do Covid-19, ela é necessária para o futuro. O nível de desemprego e trabalhos precários só tendem a aumentar no Brasil. O processo de desemprego tecnológico vai aumentar de forma exponencial a precarização do trabalho em todo o mundo. O Brasil, além do desemprego tecnológico, sofre um processo acelerado de desindustrialização. Não existem muitas saídas para a maioria dos brasileiros a não ser o desemprego, e consequentemente, o trabalho precário. É dever do Estado dar liberdade ao cidadão de poder recusar um serviço precário, em que arrisca a sua vida em troca de um salário que não é suficiente para atender suas necessidades básicas.

É um dever do Estado brasileiro promover a reparação histórica dos descendentes de escravos e imigrantes que construíram este país, e dos descendentes de indígenas que

sofreram genocídio ao longo dos últimos cinco séculos. O racismo se estrutura como um mecanismo de desigualdade econômica. O racismo estrutural se concretiza com a exclusão de uma classe da sociedade, em que esses grupos sociais não possuem subterfúgios para uma independência econômica. É um dever do Estado garantir condições dignas de vida para todos que estão em situação de vulnerabilidade e não conseguem garantir o sustento das necessidades básicas de suas famílias. Há de ter uma reparação. O brasileiro cresce na crença da escassez, desconfia da abundância. É preciso fazer uma correção histórica, como diz Paine.

Há uma relação de ganho dos dois lados. O Estado investindo na Renda Básica gera um multiplicador alto no PIB. É comprovado. As classes mais baixas tem a uma tendência maior ao consumo. Essa obviedade se mostrou estatisticamente. A equipe de pesquisa da USP, no trabalho “Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres” elabora exatamente esse gráfico. Precisa aumentar a demanda interna para haver uma produção nacional de produtos. Senão, o Brasil continuará como uma colônia de exploração, vendendo (exportando) commodities. Enquanto outras nações mais desenvolvidas produzem tecnologia e produtos com maior teor agregado.

A falta de emprego é a consequência mais clara do desemprego tecnológico. Se alastrando para a precarização do emprego, traumas psicológicos, falta de perspectiva de ascendência social, aumento da desigualdade, fome e miséria. O Estado consegue mitigar todas essas consequências com a Renda Básica. É possível e viável economicamente o pagamento da Renda Básica. Em um ano como o de 2020, de crise econômica, recessão do PIB e diversos outros problemas, foi possível. O Auxílio Emergencial funcionou. Houve um benefício nas contas públicas e na vida de 68 milhões de brasileiros. É preciso aguardar uma próxima crise ou a continuação dela para adotar uma ação tão necessária como a Renda Básica? Em um estado de maior normalidade, a Renda Básica será tão benéfica quanto foi em 2020. Não há necessidade de milhões de brasileiros voltarem a pobreza. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimasse que 17,7 milhões de brasileiros voltaram a viver na extrema pobreza no Brasil com o fim (paralisação) do Auxílio Emergencial.

A realidade parece não ser expressa para alguns no meio político. Não há motivos econômicos empíricos para não ter a continuação do benefício. É para ser pensado em um próximo passo para uma Renda Básica permanente. Enquanto não houver uma reparação

econômica, a desigualdade social prevalecerá. A economia é apenas um espelho da sociedade. É a história refletida em números. É a história refletida em uma sociedade que 5 brasileiros detém a mesma riqueza de 100 milhões de brasileiros. É a história de uma colônia de exploração ainda explorada. O artigo se finaliza com um simples apelo: Renda Básica já.

## CONCLUSÃO

Em que utopia poderia ser vista a implementação de uma Renda Básica no Brasil. No ano de 2019 esse foi o pensamento dominante durante o início do processo de formulação da monografia. Os exemplos de programas de Renda Básica eram escassos. Um projeto na Finlândia (um modelo de sociedade totalmente diferente ao do Brasil). Maricá, no Rio de Janeiro, um exemplo pleno mas com uma região muito pequena, com características territoriais específicas. Não havia dados de estudos dos efeitos empíricos até 2019.

Chega o ano de 2020, com sua narrativa distópica: um vírus mortal se espalha pelo mundo. E todo o cotidiano muda. O Brasil se torna um dos epicentros da crise de saúde que se transforma também em crise econômica.

Para atenuar os efeitos desta crise, foi criado o Auxílio Emergencial. Uma espécie de Renda Básica provisória. A utopia de se viver em uma sociedade com uma Renda Básica implementada (mesmo que por um tempo específico) se transformou em uma distopia. Porém, repleta de dados. Agora temos como comprovar - empiricamente - todos os efeitos da implementação de Renda Básica.

O Brasil já engatinhava neste rumo. O Programa Bolsa Família era uma grande ferramenta de distribuição de renda. Inclusive com um sistema cadastral funcionando e tendo resultados práticos analisados. Funciona.

A estruturação do Auxílio Emergencial se transformou no cenário ideal para a análise de um plano de Renda Básica. A alta do desemprego relacionada à crise da Covid-19 se assemelha a um quadro de alta do desemprego em circunstância do crescimento tecnológico. As situações se assemelham: Auxílio Emergencial - Renda Básica; desemprego decorrente da Covid-19 - desemprego tecnológico.

Os primeiros estudos desse modelo de Renda Básica aplicado no Brasil de forma nacional mostram que os resultados são surpreendentes. Graças ao estudo do campo de economia da USP foi possível provar que o programa de Renda Básica é benéfico para as contas públicas, pois consegue diminuir a relação dívida/PIB. O multiplicador do Auxílio Emergencial foi alto, por volta de 1,4. O que gera um alívio econômico para toda a sociedade em tempos de crise.

O que se prevê para o futuro é um avanço tecnológico cada vez mais acelerado em todo o mundo, com todas as suas consequências positivas e negativas. No Brasil este processo já está ocorrendo, a incapacidade das classes dominantes em promover a criação de tecnologia nacional esta promovendo uma reorientação da economia que se volta cada vez mais à exportação de commodities agrícolas. A desindustrialização acelerada resulta em um crescimento exponencial do desemprego, que é acompanhado pela precarização do trabalho.

A Renda Básica é capaz de mitigar as consequências do alto desemprego. E se torna fundamental como um programa de desenvolvimento econômico. Sem um programa de Renda Básica no Brasil, a pobreza e miséria tendem a crescer ainda mais.

Pode-se concluir que a Renda Básica apresenta uma alternativa eficiente e de custo relativamente baixo para enfrentar a crise do desemprego. O ideal é a sua implementação o quanto antes, pois já se possui estudos de dados comprovando a sua eficácia nas contas públicas e também no bem estar social dos cidadãos. A Renda Básica ajuda principalmente a população de baixa renda e desempregados, suprimindo a falta de renda que o mercado de trabalho tradicional não traz mais.

Por isso, o estabelecimento de um programa social de distribuição de renda é essencial. Deve-se implementar e ampliar o projeto de Auxílio Emergencial do começo, no qual se pagava R\$600,00 a cada beneficiário. Uma ajuda aos mais de 68 milhões de brasileiros mais vulneráveis economicamente. Garantindo renda para as necessidades básicas. O sentido de urgência se assola pelo cenário que se vive. O país está mergulhado na maior crise econômica do século. E parece que o governo Bolsonaro não entende ou não quer enxergar.

O sucateamento do Auxílio Emergencial chega a ser vergonhoso. A partir do momento em que se possui dados dos benefícios e do quão necessitados esses beneficiários estão. A diminuição do auxílio em  $\frac{1}{4}$  do seu valor e a retirada de vários beneficiários faz transparecer como uma política antissocial. As questões que perduram: quais os interesses da não manutenção do Auxílio Emergencial em R\$600,00. Por que o governo não se interessa pelo aumento da fome e pobreza no país. Qual o plano governamental em uma alta tão grande do desemprego.

Um outro ponto explorado na monografia é de como essa renda é utilizada pelas pessoas – consumo, investimento ou aplicação – destinando às pessoas recursos para uma

tomada de decisão importante (oportunidade essa que muitos nunca tiveram na vida). Funcionando como uma porta de saída, gerando renda e dando esperança a essa população em meio à crise do trabalho. Uma espécie de liberdade econômica individual permitida pelo Estado. O quanto de sofrimento não seria evitado. O quão felizes as mulheres, chefes de família, ficariam em ter a garantia das suas necessidades básicas e dos seus filhos. Essa reparação o Estado deve se ater.

A garantia das condições básicas de vida ao cidadão pelo Estado está prevista na Constituição. Há motivos dela não ser feita (interesses de dominância da classe mais alta). A garantia da desigualdade é benéfica a muitos. Há uma lei de Renda Básica implementada pelo Suplicy e sancionada pelo presidente Lula. Há motivos dela não ser posta em prática.

Tem de se haver uma estruturação de uma Renda Básica. Um programa permanente. Em uma ampliação contínua dos beneficiários e valores pagos. E não ao contrário, como houve no Auxílio Emergencial.

A receita para a implementação do projeto pode ser vinda em grande parte através da tributação daqueles mais ricos. Pois como se viu, são eles que possuem as menores taxas marginal de consumo. O sistema econômico precisa de demanda, e para haver uma demanda alta é preciso destinar verbas a quem não tem. A tributação mais alta de dividendos e grandes fortunas se torna uma estratégia econômica coerente.

É mais do que um mero programa social de distribuição de renda. O Brasil necessita da Renda Básica pois senão vai entrar em colapso econômico. Os benefícios foram em maioria apresentados na monografia.

É aprovado sua eficácia nas contas públicas. Metade dos brasileiros estão em situação de risco de fome. O brasileiro sobrevive em sua maioria de trabalho precário. Há um cenário de desordem e caos.

Essa perspectiva pode ainda piorar com a ampliação tecnológica. O desemprego tecnológico tende a crescer e o Brasil não está estruturado para isso. Os postos de trabalho vão mudar de função rapidamente, muitos entrarão em extinção. Como será feito a garantia de renda ao trabalhador que não entende da linguagem tecnológica.

O Brasil necessita de um programa de Renda Básica permanente. É questão de sobrevivência de muitas famílias. E o atual governo brasileiro (2021) trata com descaso

a morte e a fome dos brasileiros. Tendo uma solução empiricamente testada. Não há outra palavra que resuma esse governo a não ser: indignação. Vivemos uma distopia.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

**Auxílio Emergencial chega a 60% da população brasileira.** Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/600-dias/arquivos-de-600-dias/cidadania-auxilio-emergencial-chega-a-60-da-populacao-brasileira>>. Acesso em 03 fev. 2021.

**Auxílio emergencial ajudou a estabilizar índices econômicos relacionados ao PIB.** Disponível em <<https://jornal.usp.br/atualidades/auxilio-emergencial-ajudou-a-estabilizar-indices-economicos-relacionados-ao-pib/>>. Acesso em 05 abril 2021.

Brasil. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

Brasil. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.**

Brasil. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

BREGMAN, Rutger. **Utopia Para Realistas.** Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2018.

CRUZ, Débora. **Acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família tem melhor resultado da história.** Disponível em <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/janeiro/bolsa-familia-acompanhamento-da-frequencia-escolar-dos-beneficiarios-tem-o-melhor-resultado-da-historia>>. Acesso em 30 set. 2020.

**Depressão será a doença mais comum do mundo em 2030, diz OMS.** Disponível em <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902\\_depressao\\_oms\\_cq](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_depressao_oms_cq)>. Acesso em 30 jul. 2020.

**Dilma diz que o Bolsa Família impulsionou a economia.** Disponível em <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/10/dilma-diz-que-o-bbolsa-familiab-impulsionou-economia.html>. Acesso em 01 set. 2020.

FILIZZOLA, Luísa. **Extrema pobreza cresce no Brasil e pode aumentar com a crise do Coronavírus.** Disponível em <[observatoriodesigualdades.fjp.mg.br/?p=961](https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.br/?p=961)>. Acesso em 30 jun. 2020.

**Fim do auxílio emergencial ajudará a controlar inflação, diz Guedes.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/fim-do-auxilio-emergencial-ajudara-controlar-inflacao-diz-guedes>>. Acesso em 10 abril 2021.

FREY, Carl; OSBORNE, Michael. **The Future Of Employment: How Susceptible Are Jobs To Computerisation?** Oxford: OxfordMartin, 2013.

FRIEDMAN, Milton. **The Case Of The Negative Income Tax: A View From The Right**. Washington, D.C.: Chamber of Commerce of the United States of America, 1966.  
 FRIEDMAN, Milton. **The Negative Income Tax**. Disponível em <<https://youtu.be/xtpgkX588nM>>. Acesso em 18 out. 2020.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

KEYNES, John Maynard. **Economic Possibilities for our Grandchildren**. Nova York: Norton, 1963 [1930].

KEYNES, John Maynard. **Os Economistas: John Maynard Keynes**. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural Ltd, 1996.

LAURENO, Adriano; RAWET, Eduardo **O falso risco fiscal do auxílio emergencial**. Disponível em <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-falso-risco-fiscal-do-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em 05 de mar. 2021

LULA, Instituto. **Em vídeo, Lula conta processo de criação do Bolsa Família**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eTPCzXjOhUo>>. Acesso em 02 ago. 2020>. Acesso em 02 jan. 2021.

**Maricá alinha parceria com o Jain Family Institute, de Nova Iorque**. Disponível em <<http://rendabasica.com.br/marica-alinha-parceria-com-o-jain-family-institute-de-nova-iorque/>>. Acesso em 05 nov. 2020.

Maricá. Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013.

MÁXIMO, Luciano **Bolsa Família tem impacto positivo sobre evasão escolar**. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461545/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 30 abril 2020.

MENA, Fernanda. **'Tudo indica que vou viver para ver a renda básica implementada', diz Eduardo Suplicy**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/tudo-indica-que-vou-viver-para-ver-a-renda-basica-implementada-diz-eduardo-suplicy.shtml>>. Acesso em 10 nov. 2020.

**Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial**. Disponível em <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso 05 abril 2021.

**Olhe para a fome, o desafio é de todas e todos nós**. Disponível em <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso 10 abril 2021

PAINE, Thomas. **Agrarian Justice**. [1795]. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Paine1795.pdf>>. Acesso em 20 Jan. 2020.

PARIJS, Philippe Van. **Real Freedom for All: What (if anything) can justify capitalism?** Oxônia: Oxford University Press, 1995.

**Quase metade da população mundial vive abaixo da linha da pobreza**. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/quase-metade-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/a-45933653>>. Acesso em 30 dez. 2020.

**Renda Básica para mais de 50 mil pessoas em Maricá**. Disponível em <<http://rendabasica.com.br/renda-basica-para-mais-de-50-mil-pessoas-em-marica/>>. Acesso em 02 jun. 2020.

RUSSELL, Bertrand. **Roads to Freedom: Socialism, Anarchism and Syndicalism**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

SANCHES, Marina; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. **Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020**. São Paulo, USP, 2021.

SILVEIRA, Antônio Maria. **Redistribuição De Renda**. Revista Brasileira de Economia, v. 29, 1975.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda Básica: A resposta está sendo soprada pelo vento**. Revista de Economia Política, vol. 23, 2003.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **O Debate Sobre O Salário Mínimo**. 1976.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Da Distribuição da Renda e dos Direitos à Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Programa de garantia de renda mínima**. 1992.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda Mínima, discussões e experiências**. [S.l.: s.n.], 1998.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda Básica de Cidadania: A saída é pela porta**. 1a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

**Suplicy comemora dez anos do lançamento do programa Bolsa Família**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/10/10/suplicy-comemora-10-anos-do-lancamento-do-programa-bolsa-familia>>. Acesso em 08 ago. 2020.> Acesso em 10 dez. 2020.

TONETO, Rodrigo; RIBAS Theo; CARVALHO Laura. **Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres.** São Paulo: USP, 2021.

**VIDAS ENTREGUES.** Disponível em <<https://youtu.be/cT5iAJZ853c>>. Acesso em 15 set. 2020.